Tribuna da Luta Operária

ANO VII - Nº 270 - DE 23 A 29 DE JUNHO DE 1986

Cz$ 2,50

PDS envolvido na máfia de Imperatriz

Um volumoso dossiê entregue pessoalmente ao presidente Sarney pelo deputado Luís Pedro (PMDB-MA), revela o funcionamento das *gangs* de grileiros e criminosos que infestam a cidade de Imperatriz e atuam em todo o Maranhão. São citados os nomes dos chefes das quadrilhas - um candidato a deputado, o outro deputado desde 1972, ambos do PDS. Leia na página 10.

Lênin tinha razão sobre imperialismo

O livro de Vladimir Lênin "O imperialismo, fase superior do capitalismo" comemora 70 anos com a comprovação prática de todas as suas teses. Os fatos e números da atualidade provam de alto a baixo as teses leninistas sobre o capitalismo da era do monopólio e das revoluções sociais do proletariado. Página 5

Luta na Câmara faz passar lei que restringe as demissões

Depois de muitas manobras e graças à firmeza de alguns deputados, a lei foi aprovada. Mas corre sérios riscos de não passar pelo Senado e pela sanção de Sarney. Pág.4

EDITORIAL

Estabilidade difícil

A Câmara Federal aprovou um projeto que visa limitar as demissões de trabalhadores. Simultaneamente o Senado aprovou outro projeto, com a mesma finalidade. E de qualquer forma, mesmo se houvesse acordo entre as duas Casas, comenta-se que a intenção do governo será vetar o projeto por considerá-lo "inoportuno". A questão está portanto complicada.

A imprensa burguesa, por seu lado, atacou furiosamente a estabilidade. O jornal "Folha de S. Paulo" classifica a medida como um "desastre" que revogaria todo o esforço de desenvolvimento e levaria à destruição do sistema produtivo - utilizando argumento idêntico ao dos latifundiários contra a reforma agrária. O reacionário jornal paulista diz ainda, em editorial, que a estabilidade iguala "bons" e "maus" trabalhadores, por garantir a todos o direito ao emprego.

O trabalhador não pode despedir seu patrão. Mas o capitalista, quando surge a crise, joga as conseqüências sobre os operários, atirando-os para a rua. O trabalhador não pode, para defender-se, nem ao menos apelar para a greve, já que continua em vigor a Lei de Greve do tempo da ditadura, que considera na prática todo movimento paredista ilegal. Mas o patrão pode demitir seus escravos modernos enquanto sobrecarrega de trabalho os que permanecem na empresa, multiplicando a taxa de exploração. Tudo isto porque a sociedade capitalista fundamenta-se na conquista do lucro, seja lá como for, inclusive se para isto milhares de desempregados passam fome.

Por tudo isto também os trabalhadores lutam por um novo sistema social, superior, socialista, que tem o trabalho como o valor maior e que suprime a exploração do homem pelo homem.

Mas no caminho do socialismo estão as batalhas do dia a dia. Em lugar de destaque estão as batalhas pelo direito ao trabalho e por uma justa remuneração.

São reivindicações que unificam todos os trabalhadores as que dizem respeito à estabilidade no emprego - ou seja, em torno do direito mínimo de trabalhar, mesmo num regime de exploração - e o seguro desemprego, que garanta uma solução de emergência ao desempregado. Paralelamente, crescem os reclamos a favor da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais - que aliviaria o grau de exploração e, ao mesmo tempo ampliaria o número de vagas, reduzindo o desemprego.

As vacilações no Congresso, com Senado e Câmara se atropelando mutuamente e, em decorrência, adiando uma solução; a posição antidemocrática do governo a respeito do assunto; o ataque da imprensa burguesa, defendendo o patronato sem meias palavras - tudo isto mostra que os trabalhadores só podem esperar alguma coisa se houver unidade e luta.

De certa forma estamos num período que facilita as pressões populares sobre o Congresso. Todos querem se reeleger. Ninguém deseja aparecer com sua verdadeira face antipovo, mesmo os mais reacionários. Uma campanha viva, de denúncias e exigências, pode portanto encontrar eco.

O desencontro entre Senado e Câmara não pode ser visto como acidental. A burguesia não costuma se equivocar na defesa de suas ambições. Diante da expectativa nacional que se criou em torno da estabilidade e tendo em vista o ano eleitoral, os excelentíssimos senhores senadores e deputados encontraram uma fórmula para contornar o problema: todos aprovaram a estabilidade mas na prática o trabalhador não terá este direito, pelo emperramento burocrático. É preciso denunciar a manobra e exigir uma solução rápida. Chega de demissões.

Greve na Villares anima metalúrgicos paulistas

A paralisação dos 4 mil operários da Villares, na capital paulista, está repercutindo fundo na categoria. Em várias fábricas o clima é de greve pelo aumento real de salário. Pg.7

Foto: Claudio Rossi

Assembléia no portão da Villares: operarios aprovam a continuidade da greve contra as medidas de arrocho do pacote

Fiat declara guerra aos sindicalistas

Atropelando a legislação do país, a Fiat, multinacional italiana, proibiu operários com mandato sindical de ingressar na fábrica para a jornada de trabalho. Os sindicalistas repudiam a medida arbitrária. Página 7

Banqueiros apavorados com dívida do México

Uma vez mais irrompeu a crise da dívida externa mexicana, a segunda maior do mundo. A situação é mais grave que em 1982, quando o país decretou moratória de 90 dias. A queda dos preços do petróleo tornou impossível saldar normalmente os juros. Banqueiros em pânico [illegible]

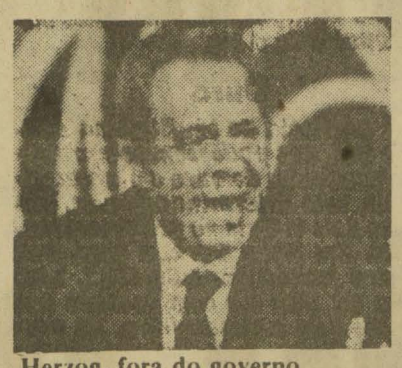
Ameaça de despejo no Centreville

O juiz Fernando Antônio Maia determinou a desocupação das casas do conjunto Centreville, no ABC paulista. Mas os moradores estão preparados para resistir. Na pág.6

CEDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Crise do México deixa banqueiros em pânico

Mais uma vez o pânico voltou a dominar a comunidade financeira internacional. A crise provocada pela dívida externa no México a cada dia torna-se mais intensa. O desdobramento mais recente foi a renúncia do ministro das Finanças daquele país, Jesus Silva Herzog, que ultimamente vinha advogando a suspensão do pagamento dos débitos.



Herzog, fora do governo

Desta vez a situação é mais grave do que em 1982, quando o México decretou uma moratória de 90 dias. O país está literalmente estrangulado pela dívida, que alcançou 101,8 bilhões de dólares no final do ano passado. Não há possibilidade de manter inalterado o esquema de pagamento dos juros - que só neste mês somam 1,8 bilhão de dólares.

ESTOURO INEVITÁVEL

A queda nos preços do petróleo, que responde por 70% da receita de exportação mexicana, acarretou uma grande perda de divisas - estimada, para este ano, em cerca de 7 bilhões de dólares. O superávit da balança comercial despencou e está muito longe de satisfazer as exigências decorrentes dos serviços da dívida.

Desta forma, independente da boa vontade dos governantes para com a oligarquia financeira mundial, o pagamento dos débitos ficou impraticável. Os grandes banqueiros e seus representantes não estão conseguindo conter o pavor. Comentando a possibilidade de moratória, uma autoridade econômica de Tóquio afirmou que "seria uma catástrofe para o Japão" - titular de 10% da dívida mexicana.

Por sua vez, o governo Reagan, sem dispensar a demagogia ("o México é nosso vizinho e tradicional amigo", disse), vem tentando coordenar uma operação de salvamento de última hora, que deve implicar em novos e volumosos empréstimos (em torno de 8 bilhões de dólares). Os conglomerados norte-americanos detêm nada menos que 25% do débito.

E Reagan, com seu afinado senso de oportunidade, vem aproveitando a deixa e tenta submeter ainda mais o "vizinho amigo". O próprio presidente do México, Miguel de la Madrid, em entrevista pela televisão, denunciou que os EUA intensificaram a pressão para forçar seu governo a apoiar a política americana contra a Nicarágua: "Muita gente tem sugerido: 'faça o que os Estados Unidos querem e o dinheiro fluirá' ", salientou.

PELA MORATÓRIA

Depois da crise de 1982, quando se entregou de corpo e alma ao FMI, o México passou a viver uma situação dramática. Como consolo, passou a ser considerado (durante um curto período) como modelo de país ajustado aos rigores recomendados pelos técnicos do Fundo às economias dependentes com as contas externas desequilibradas.

O Produto Interno Bruto vem caindo continuamente desde 1981, registrando uma leve tendência à recuperação em 1983 seguida de quedas nos anos subseqüentes (ao final de 1985 apresentava uma taxa negativa próxima de 5%). Em conseqüência, ano a ano cresce o nível de desemprego.

De qualquer forma, para acentuar ainda mais a miséria do povo, o país não deixou de adotar o receituário do FMI, promovendo um "ajuste interno" para garantir os lucros ou os juros dos banqueiros. Reduziu drasticamente o mercado interno (já bastante abatido pela recessão) acelerando o processo inflacionário e arrochando os salários. Todos os indicadores de miséria (fome, mortalidade infantil, enfermidade e outros) aumentaram, como era de se esperar. Porém, compromissos externos passaram a ser pontualmente honrados: em 1985 o México obteve um superávit comercial de 8 bilhões de dólares, destinados ao pagamento dos juros. Graças ao petróleo.

As pressões internas pela moratória também atingiram um volume ponderável. Incluem não só os trabalhadores como uma substantiva parcela do empresariado. A posição dúbia e vacilante do presidente Miguel de la Madrid (que ainda pensa em superar a crise contendo importações, em 2 bilhões de dólares, e diversificando as exportações - ou seja, deprimindo ainda mais o mercado interno) valeu-lhe uma sonora vaia na abertura da Copa do Mundo. O povo mexicano exige a suspensão do pagamento da dívida.

(Umberto Martins)

A polícia racista prendeu mais de 4 mil pessoas, mas não conseguiu evitar as manifestações do dia 16

Greve do dia 16 aumenta o isolamento do apartheid

As próprias autoridades racistas da África do Sul admitiram que a greve geral do último dia 16 - registrando o 10º aniversário do levante de Soweto, massacrado pela polícia - obteve mais de 90% da adesão. A situação radicaliza-se no país, e aumenta o isolamento internacional do governo de Pieter W. Botha.

Na semana anterior à greve geral, o governo já havia aumentado sua atividade repressiva, visando impedir o protesto da maioria negra da nação. No dia 12, Botha foi à televisão anunciar que havia decretado o "estado de emergência" - dando liberdade de ação total para os agentes da repressão. O chefe de governo racista não escondeu os interesses que o moviam: "a violência aumentou no país, apesar dos esforços do govereno para criar uma nova África do Sul (...) Não permitiremos que nossa herança de mais de 300 anos" (quando a minoria branca passou a destruir populações negras e impor seu domínio sobre a região) "seja posta desnecessariamente no altar do caos e da destruição".

Entre os dias 12 e 16, 31 negros foram mortos - oito só no dia 16 -, segundo dados oficiais (o governo impôs a mais severa censura à imprensa de toda a história do país). Nesse período, o número de prisões políticas ultrapassou a cifra dos 4 mil. Até o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, disse temer a evolução de uma "aberta guerra civil" no país, e ordenou à Embaixada dos EUA que fechasse suas portas no dia 16. E Reagan é, juntamente com Margareth Tatcher, da Grã Bretanha, o principal aliado externo de Pieter Botha.

CONDENAÇÃO INTERNACIONAL

No próprio dia 16 foi realizada, na França, uma reunião internacional de condenação ao *apartheid*. Um grupo de Commonwealth (a comunidade britânica internacional), encarregado de procurar "solução pacífica" para a situação política sul-africana, acabou por concluir que o governo de Botha não está "interessado em negociações sérias" e previu um "banho de sangue" no país.

Mesmo assim o líder religioso, bispo Desmond Tutu, buscando a conciliação entre os racistas e a maioria negra do país, procurou Pieter Botha, após a decretação do "estado de emergência". Saiu da reunião com o chefe de governo preocupado: "Eu acho que se forem presas as pessoas consideradas pelo governo provocadoras de desordens, a coletividade não terá mais dirigentes e se transformará então em uma multidão ameaçadora". O bispo, temendo a fúria da multidão contra os racistas, preferiu cancelar a missa que celebraria no dia 16. O que não impediu a adesão popular ao protesto.

Sarney apóia patriotas da Africa do Sul

O presidente José Sarney enviou mensagem para a conferência mundial sobre sanções contra a África do Sul, em Paris, e para ser lida também na ONU no dia 16, onde afirmou, entre outras coisas:

"Em nome de um povo e em representação de uma sociedade e de um Estado que buscam historicamente fortalecer a democracia não apenas política e social, mas também racial, reafirmo nosso completo repúdio ao sistema racista de dominação imperante na África do Sul e na Namíbia e o integral apoio da sociedade e do Estado brasileiro aos patriotas sul-africanos. Através de amplo arco de alianças que engloba organizações religiosas, sindicais, culturais e políticas, vêm eles somando esforços e realizando sacrifícios, sempre com admirável coragem e pertinácia, com o objetivo de criar, no futuro que já se esboça, uma nova África do Sul, efetivamente pluralista, democrática, livre do pesadelo do racismo e da realidade sangrenta do presente".

É muito positivo que o governo da Nova República se pronuncie publicamente contra o governo racista. A voz do governo brasileiro faz coro, assim, com os protestos que se levantam em todo o mundo contra o **apartheid**. É bom, mas não basta. De há muito as organizações democráticas e progressistas brasileiras preiteiam o rompimento total de relações diplomáticas e econômicas com o governo da África do Sul. E não há o que justifique o adiamento de uma tomada de posição tão cristalinamente favorável aos patriotas que buscam uma nova África do Sul, saudados pelo presidente Sarney.

O massacre de Soweto

O massacre de Soweto, relembrado no último dia 16 pela passagem de seu décimo aniversário, foi uma das páginas mais sangrentas patrocinadas pelo governo do **apartheid** contra o povo negro da África do Sul. Em 16 de junho de 1976, 20 mil colegiais negros saíram em passeata contra a obrigatoriedade do estudo do **afrikaner** (língua oficial dos governantes) nas escolas, em South West Township (abreviadamente, Soweto, a "Favela do Sudoeste"). A polícia atacou, a bala, os manifestantes. Os estudantes, apoiados pela população, reagiram, e deu-se uma batalha que durou três dias e espalhou-se por várias cidades. O número de mortos - a imensa maioria, negros - é calculado em até 2 mil pessoas (o governo só admite a matança de 600...)

Argentina e Uruguai em greve

As greves gerais na Argentina, dia 13, e no Uruguai, dia 17, mostram que a tolerância dos trabalhadores em relação às políticas econômicas subjugadas aos interesses dos banqueiros internacionais já está chegando ao fim. Nos dois países o movimento teve como alvo principal a atitude dos governos Alfonsin e Sanguinetti no tratamento da dívida externa, que tem se revelado incompatível com os anseios populares e o imperativo de resguardar a soberania nacional.

Na Argentina, a greve ocorreu na véspera do aniversário do Plano Austral, inspirado pelo Fundo Monetário Internacional. Conforme a Federação de Associações dos trabalhadores de Saúde Pública, após o plano houve uma queda de 40% no poder aquisitivo dos trabalhadores, a recessão foi ampliada, perderam-se várias conquistas trabalhistas, cresceu o número de desnutridos, doentes e a mortalidade infantil.

O Produto Nacional Bruto do país igualou-se ao nível de 1973 - e declinou 4,4% em 1985. Já a inflação, que motivou o plano (realizado dentro dos padrões de ajuste recomendado pelo FMI), continua alta (embora não tanto quanto antes), tendo alcançado o índice de 4% no último mês. O tabelamento dos preços, por outro lado, não é cumprido: o arroz, por exemplo, tabelado a 52 centavos de austral (Cz$ 13,00) chega ao consumidor por 75 centavos de austral (Cz$ 18,75).

A greve do dia 13 foi a sexta contra a política econômica adotada por Alfonsin. E teve a adesão geral dos trabalhadores. A exigência de que o pagamento da dívida externa seja suspenso tem se generalizado no país, contando inclusive com apoio de setores empresariais.

No Uruguai, onde a greve também contou com apoio amplo dos trabalhadores, uma das principais reivindicações é, igualmente, a suspensão do pagamento da dívida. A submissão ao FMI resultou ainda na fragorosa derrota do presidente Leon Febres Cordero do Equador (um dos últimos modelos de bom comportamento eleito pelos banqueiros) nas últimas eleições legislativas. Tudo isto são indicadores insofismáveis de que a crise da dívida externa já não admite soluções paliativas e adequadas aos interesses dos países imperialistas.

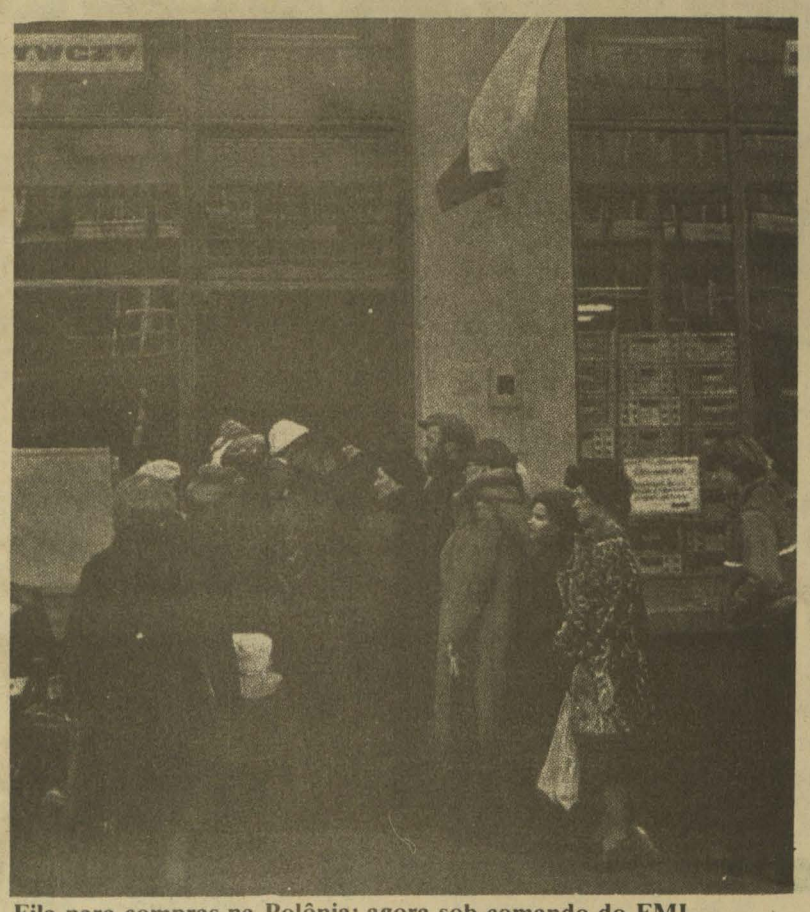
FMI dá as cartas na Polônia

Os banqueiros ocidentais já conquistaram o direito à coadministração do "socialismo" polonês e não será de estranhar que futuramente venham a desbancar de vez o social-imperialismo soviético. Há pouco transformado em membro oficial do FMI (depois de muito mendigar esta posição), o país acaba de estabelecer um acordo com os seus principais credores, pelo qual "rolou" por quatro anos o pagamento de 2 bilhões de dólares.

O negócio foi celebrado em Viena entre um grupo de grandes banqueiros e um alto funcionário do Banco do Comércio Exterior da Polônia, Jerzi Malec. Os revisionistas poloneses comprometeram o país com o pagamento de um "spread" (ou taxa de risco) de 1,37% sobre os juros cobrados no euromercado em relação ao montante reescalonado.

GOVERNO SUBMISSO

Já em passado recente, a Polônia sofreu humilhantes visitas de monitoramento de técnicos do FMI, que opinavam e, mais do que isto, ditavam normas sobre o comportamento da economia do país, que, atualmente, tem uma dívida externa de aproximadamente 31 bilhões de dólares - somente para com os bancos ocidentais.



Fila para compras na Polônia: agora sob comando do FMI

Agora o processo de submissão do governo polonês tende a se acentuar. O país debate-se com as mesmas dificuldades características das economias capitalistas dependentes. E igualmente utiliza-se dos mesmos medicamentos, isto é, aprofunda o processo de exploração da classe operária para extrair a mais valia necessária à realização dos lucros da comunidade financeira internacional. Neste rastro aumenta o descontentamento dos trabalhadores e a desmoralização do regime revisionista.

Pinochet manda Exército invadir bairros operários

O general Pinochet continua ordenando a invasão dos bairros populares de Santiago do Chile por tropas do Exército, visando intimidar os trabalhadores que preparam a greve geral convocada para o início de julho em protesto contra a ditadura militar. No último dia 13, mais de 2.600 chilenos foram detidos em nova batida militar, de seis horas, nos bairros operários de Santa Júlia e Vila O'Higgins. Todos os detidos, na imensa maioria proletários, foram levados para um estádio de futebol, para interrogatórios (na batida nos bairros, mais de 100 mil pessoas já foram revistadas). A polícia política manteve presas 78 pessoas. Na noite do próprio 13 de junho houve uma passeata de protesto contra as prisões, e os beleguins de Pinochet não tiveram dúvidas: atiraram contra os manifestantes. Uma mulher foi morta a tiros no episódio.

Ao mesmo tempo, multipica-se a mobilização popular. No dia 16 teve início o protesto de secundaristas e universitários, preparando a greve geral de 2 e 3 de julho.

Estude e divulgue o marxismo-leninismo

LÊNIN	
Sobre os sindicatos	Cz$ 35,00
O trabalho do partido entre as massas	35,00
Esquerdismo, doença infantil do comunismo	35,00
O programa agrário	35,00
Imperialismo, fase superior do capitalismo	31,00
STÁLIN	
Problemas econômicos do socialismo na URSS	20,00
Questões políticas	23,00
O marxismo e o problema nacional e colonial	35,00
JOÃO AMAZONAS	
O revisionismo chinês de Mao Tsetung	10,00
Socialismo, ideal da classe operária	20,00
Trotsquismo, corrente política contra revolucionária	2,00
ENVER HOXHA	
A luta contra o revisionismo soviético	25,00
Albânia, 40 anos desbravando a história	10,00

Pedidos com o envio de cheque nominal no valor da compra para a Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luís Antônio, 1511, CEP 01317, São Paulo, fone 251-2729.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Presença marcante de camponeses no ato

Candidatos com apoio camponês no Maranhão

Cerca de 400 pessoas participaram do lançamento das candidaturas de Luís Pedro, do PMDB, a deputado federal, e de Bartolomeu Cavalcante, do PC do B, a deputado estadual, na cidade de Santa Inês, no Maranhão.

O ato foi presidido pelo verador do PMDB, Pedro Filho, sendo que participaram da mesa, além dos candidatos, o representante da Comissão Executiva Nacional do PC do B, Rogério Lustosa; o presidente do Diretório Regional do Maranhão, do PC do B, Dilermando Toni; a presidenta do Diretório Municipal do PMDB de Monção, Raimunda Serrador; o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia e presidente da Comissão Municipal do PC do B em Santa Luzia, Osvaldo da Conceição; o membro do Diretório Municipal do PMDB de Bom Jardim, Raimundo Izídeo.

A presença no plenário foi principalmente de camponeses, posseiros e trabalhadores rurais, vindos de Santa Inês e dos municípios vizinhos, como Pindaré, Zé Doca, Bom Jardim e Santa Luzia. Destas cidades vieram delegações organizadas, com uma participação muito expressiva de jovens e mulheres.

Antes do lançamento propriamente dito, como parte das manifestações, foi realizada uma palestra sobre a "Luta pela Terra e Constituinte", por Rogério Lustosa, que despertou enorme interesse. Depois da exposição do palestrista, grande número de pessoas se dirigiu à mesa com perguntas e intervenções apoiando as partes do PC do B.

Rogério militou na região do Pindaré, na clandestinidade, de 1969 a 1972. Por ocasião de sua passagem na cidade, aproveitou para rever antigos companheiros de luta e amigos. Pela manhã realizou uma reunião com mais de 20 pessoas, que desde aquele período permanecem fiéis à luta revolucionária e ao Partido Comunista do Brasil.

Elgito (de barba) recebe o apoio dos moradores do 1º de Outubro

1º de Outubro lança candidato do PC do B

O lançamento da cadidatura de Elgito Boaventura para deputado estadual pelo PC do B, no Jardim 1º de Outubro, na Zona Leste de São Paulo, dia 15, contou com mais de 500 pessoas. A gente humilde daquele bairro estava entusiasmada por poder votar numa de suas principais lideranças. Em 1981, o terreno onde hoje moram cerca de 3 mil famílias foi ocupado por famílias sem teto. A repressão não conseguiu dobrar a resistência de seus ocupantes. Elgito dirigiu esta luta e com isto angariou uma grande simpatia dos moradores.

"Vamos apoiar quem está com a gente desde o começo", fala exaltada Maria Celma, uma das primeiras moradoras do 1º de Outubro. Esse apoio vem espontâneo, pois Elgito, operário têxtil, faz uma campanha modesta, com poucos recursos financeiros. Armando Silva, presidente da União dos Moradores da Vila 1º de Outubro, explica que saiu de casa em casa com a sacola na mão arrecadando contribuições para a festa de lançamento. "Uns davam pinga, outros conhaque e até mesmo dinheiro", diz ele.

APOIO SINCERO

As pessoas se concentraram na praça de terra, onde será a futura quadra de esportes, para ouvir o candidato e os convidados. No intervalo dos discursos, duas duplas sertanejas alegraram o ambiente. Rosa Amélia, de 16 anos, paraplégica, acompanha o comício sentada na cadeira de rodas. E comenta: "O que eu puder fazer pelo Elgito, eu vou fazer. Ele é muito legal, fez muita coisa pela gente". Edson de Jesus Alves, pedreiro, fala que na casa os seis votos serão para o Elgito, "porque ele enfrentou aqui junto com a gente. Esse menino é muito bom, não tem orgulho".

Em São Paulo uma luta para unir forças contra a direita

Qualquer pessoa medianamente informada que visite a capital ou o interior do Estado de São Paulo tem condições de perceber a estratégia da *direita*: concentrar esforços em torno da candidatura Paulo Maluf pelo PDS. Praticamente não existe espaço que não esteja manchado com a chancela "Maluf Gov. 86". Rios de dinheiro estão sendo gastos em *out-doors* espalhados pelo Estado inteiro, toneladas de tinta empregadas em pichações, caminhões de camisetas e calções distribuídos em favelas e outras concentrações populares, generosos espaços em órgãos da imprensa burguesa são comprados para destilar mentiras descaradas sobre o ex-governador trombadinha.

Paulo Maluf volta à carga novamente, mesmo com a pecha de ser um dos maiores corruptos do Brasil, campeão da violência contra o povo (a Freguesia do Ó é um exemplo que ficou na memória de todos), negociante de medalhas e ambulâncias, construtor de castelos de cartas como a Paulipetro.

Os setores democráticos, por seu turno, não vêm levando em conta esta atividade febril da reação. O PMDB ainda se degladia internamente com base em interesses de grupo, não vendo a ameaça concreta que paira sobre o Estado e que certamente terá repercussões funestas para o país. O PT então nem se fala, pois sua miopia política não lhe permite distinguir diferenças entre as classes dominantes para se servir delas em favor dos interesses populares. O fato é que se não houver ampla unidade dos setores democráticos, será difícil liqüidar com as pretensões rapaces de Maluf e companhia.

O PTB, com Antônio Ermírio de Moraes à frente, navega em águas turvas, se alinhando com setores direitistas e ao mesmo tempo procurando se distinguir do candidato do PDS. Seu objetivo é retirar votos do virtual candidato do PMDB, Orestes Quércia. Nesta última semana, no entanto, vem demonstrando certa fraqueza política e física. Pode estar em curso um recuo tático do empresário.

Diante deste quadro novo que se desenhou de forma mais completa na semana passada, o PC do B no Estado resolveu postergar a reunião marcada no último dia 14 de junho com os diretórios distritais e municipais para o próximo dia 13 de julho, data acertada para a realização da convenção partidária convocada para discussão da posição do partido em relação às eleições de novembro. Todos os sinais da direção regional do PMDB indicam no sentido de uma coligação apenas a nível majoritário e a impossibilidade de se concertar uma coligação também a nível proporcional. O PC do B, tendo em vista esta tendência, desenvolve um conjunto de consultas para a montagem de uma lista completa de candidaturas. Cerca de 130 candidatos já foram levantados com as condições e disposição de defender as propostas do PC do B para a Assembléia Constituinte e a Assembléia Legislativa.

Articulação conservadora no RS

Quem vai disputar a eleição do governo do Rio Grande do Sul em 15 de novembro? Formalmente, fala-se em sete candidatos. Mas a rigor, faltando cinco meses para as eleições, nenhum dos chamados grandes partidos tem sua chapa definida. É que nenhum dos três (PMDB, PDS, PDT) tem certeza de que concorrendo sozinho possa alcançar a vitória.

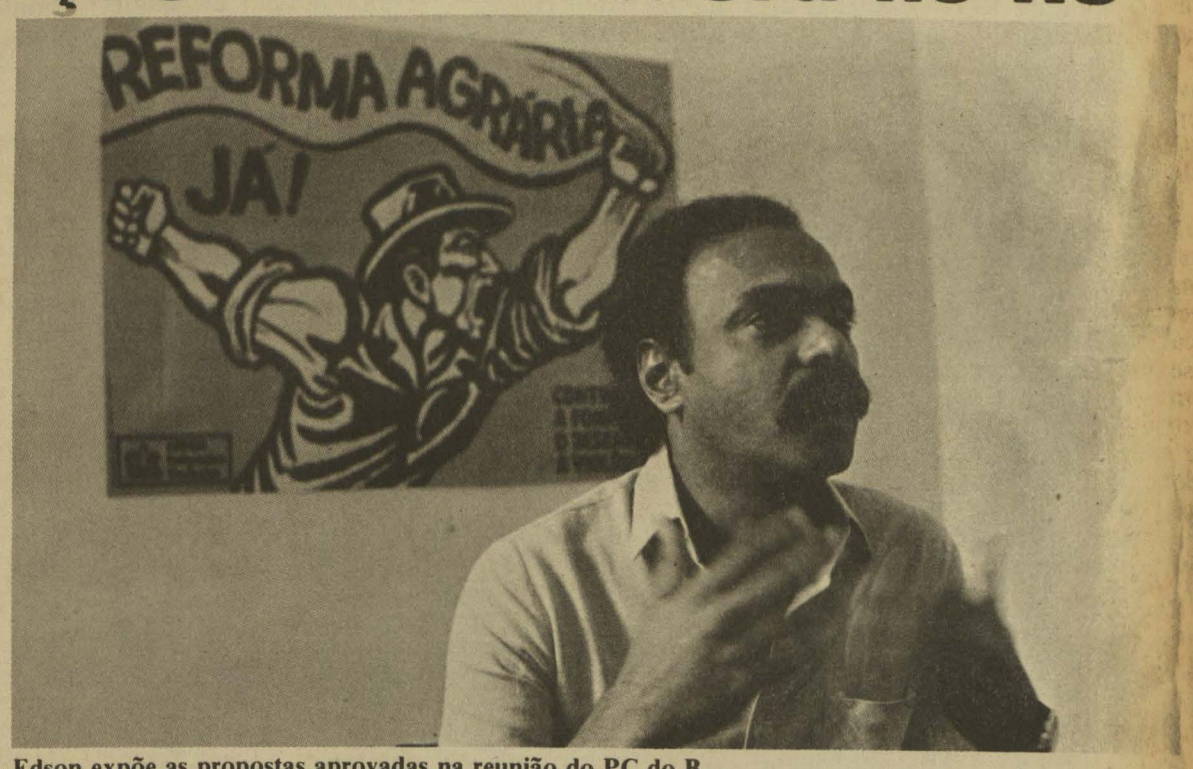
O essencial no entanto são as articulações que as classes dominantes gaúchas tentam fazer agora para influir nas eleições presidenciais de 1988. Não é outro o repentino alarde que se passou a fazer sobre a necessidade de "salvar o Rio Grande". O ministro da Justiça, o gaúcho Paulo Brossard, repete a todo instante que o Estado é ingovernável. E arremata insistindo numa candidatura de cosenso, interpartidária, vale dizer, que unifique os conservadores com o respaldo do PMDB.

ACORDO COM MARCHESAN

O presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, empresário Luís Otávio Vieira - até recentemente tesoureiro do PMDB - foi mais explícito, numa entrevista ao jornal "Zero Hora": "A possibilidade de coligações precisa ser analisada dentro da perspectiva de que o processo sucessório estadual não objetiva apenas ganhar o poder no Rio Grande. Deve-se pensar em como esta sucessão se articula no plano nacional (...) A verdadeira Aliança Democrática no Rio Grande do Sul pode passar através da coligação do PMDB com o PDS..."

O PDT por sua vez não fica atrás no namoro com o PDS, que se tornou a "Bela da Corte" para os conservadores. Os brizolistas tentam, a todo custo, atrair o PDS para uma coligação, levando adiante uma aliança que já estabeleceram em outros momentos, como o acordo que lhes assegurou a direção da Mesa da Assembléia Legislativa. Fala-se inclusive na possibilidade de Nelson Marchesan vir a ser o nome escolhido por eles.

Os setores democráticos do PMDB mostram-se descontentes com as articulações da direita. Mas cometem o erro de se isolarem, pensando que o PMDB tudo pode.



Edson expõe as propostas aprovadas na reunião do PC do B

POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

O Diretório Regional do PC do B, que se reuniu no final da semana passada, distribuiu nota à imprensa reafirmando a decisão de não lançar candidatos aos cargos majoritários, por entender que o melhor caminho é o de apoiar as candidaturas que fortaleçam a corrente democrática. A nota condena as articulações artificiais, apresentadas com o falso argumento de "salvar o Rio Grande".

O PC do B considera que se deve formar uma aliança de forças a partir de um programa progressista, com propostas claras e compromissos concretos para o trato da crise econômica e financeira do Estado: um programa democrático para fazer avançar a transição política e combater as vacilações do governo central.

Por tudo isto os comunistas consideram que não se pode pensar numa aliança com o PDT nem com o PDS, incapazes que são politicamente de uma união de caráter progressista. O caminho para os verdadeiros democratas é forjar uma unidade com base nas aspirações do povo e da nação e não o de buscar acertos interesseiros, nas cúpulas, que serão inevitavelmente condenados pelas massas trabalhadoras nas urnas. **(Edson Silva, presidente do Diretório Regional do PC do B e candidato à Constituinte)**

Lídice inicia campanha com ato massivo

Mais de mil pessoas - entre trabalhadores, lideranças de bairros, estudantis, sindicais e políticas - compareceram ao lançamento da candidatura da vereadora Lídice da Mata à Assembléia Constituinte, dia 15, em Ondina, Salvador. O ato contou com a presença do candidato ao governo pelo PMDB, Waldir Pires, e do prefeito Mário Kertesz, da capital baiana.

O Circo Troca de Segredo ficou lotado e cheio de entusiasmo com os pronunciamentos das lideranças políticas, como o líder do PC do B na Câmara Federal, Haroldo Lima; o ex-presidente da UNE e também candidato a deputado estadual pelo PC do B, Javier Alfaya; e o prefeito de Camaçari, Luiz Caetano.

Foi destacada a necessidade de derrotar as oligarquias dominantes do Estado e iniciar mudanças para a Bahia. O prefeito Mário Kertesz saudou as lideranças políticas presentes e resaltou que, para ser eleito, contou com a decisiva participação do PC do B, esperando que o entusiasmo se repita na campanha de Lídice da Mata. Teve destaque a participação de compositores e artistas, animando o comício-*show*.

"MULHERES À LUTA!"

Lídice da Mata, ex-líder do PMDB na Câmara de Salvador e atual líder do PC do B, destacou em seu discurso que é uma candidata em defesa dos direitos do povo e das mulheres. Garantiu que lutará na Assembléia Constituinte pelos interesses específicos e gerais das mulheres, desde a implantação das creches à necessidade do planejamento familiar. Disse que as mulheres estão ampliando seu espaço no trabalho e em outros setores, e precisam garantir seus avanços na próxima constituição, e avançar para novas conquistas.

"Mulheres à luta!", conclamou a candidata, lembrando o seu lema que já é sua marca registrada. **(da sucursal)**

Sindicalistas na campanha

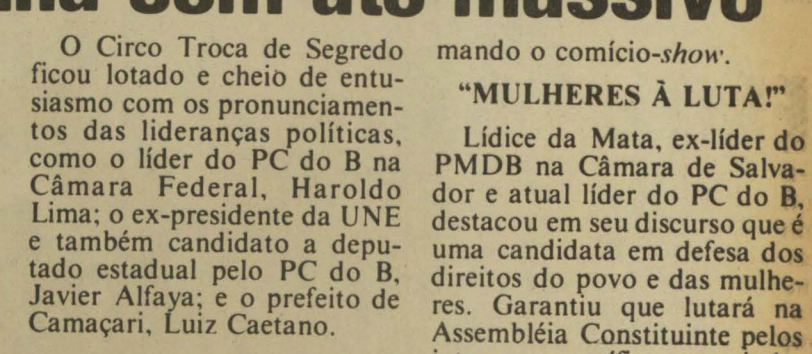
Mais de 300 trabalhadores e lideranças sindicais de diversas categorias participaram, no último dia 14, no Cine Nazaré, Salvador, do ato sindical em apoio às candidaturas de Haroldo Lima (à Constituinte) e Luiz Nova (Assembléia Legislativa da Bahia), pelo PC do B. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, Renildo Souza; a presidenta da Associação dos Professores Licenciados, Maria José Rocha (que, no ato, assinou sua ficha de filiação ao partido dos comunistas), foram algumas das muitas lideranças sindicais presentes.

DERROTAR O AUTORITARISMO

O candidato ao governo do Estado pelo PMDB, Waldir Pires, compareceu ao encontro, afirmando que os trabalhadores baianos desejam mudanças, e por isso querem derrotar os representantes do autoritarismo e da truculência na Bahia, como o ministro Antônio Carlos Magalhães e o governador João Durval. O candidato foi saudado aos brados de "Avançar, avançar, com Waldir para mudar!" Também o líder da bancada do PMDB na Câmara de Salvador, Ednaldo Santos, e o verador Emerson Palmeira estiveram presentes.

Após pronunciamentos de diversos sindicalistas, Luís Nova, candidato à Assembléia Legislativa, afirmou que a tarefa dos trabalhadores "é fazer avançar a democracia e implantar um regime verdadeiramente progressista, capaz de realizar as mudanças que o país necessita".

Haroldo Lima, atual líder do PC do B na Câmara Federal e candidato à Constituinte, alertou os presentes para a necessidade de aprofundar e intensificar o debate dos temas e propostas para a nova Carta Magna, além da necessidade de garantir uma forte representação popular e progressista na Assembléia Constituinte. **(da sucursal)**



Lídice, uma candidata em defesa do povo e das mulheres

Candidato do PC do B abre comitê de bairro em Aracaju

Mais de 500 pessoas participaram do Dia de Lazer e Luta, na inauguração do Comitê Pró Candidatura de Edvaldo Nogueira a deputado estadual pelo PC do B, no Largo da Aparecida (invasão de Jabutiana), Aracaju, Sergipe. O prefeito Jackson Barreto e o candidato a governador pela Aliança Democrática, Antônio Carlos Valadares, foram dar seu apoio ao candidato comunista. Candidatos à Constituinte também compareceram. O compromisso da candidatura de Edvaldo Nogueira com a luta dos oprimidos foi destacado por todos.

Duas importantes lideranças do bairro, o presidente da Associação de Moradores e a vice, Palmares e Arleide, conclamaram a população local a votar em Edvaldo, que "é de luta e comprometido com os pobres e veio do meio do povo". Também a cantora e compositora Joesia Ramos enfatizou: "Estamos aqui para dar uma força ao Edvaldo. Ele merece. Eu o conheço na luta desde a época da Faculdade de Medicina, onde fomos colegas". A inauguração do comitê começou logo pela manhã de domingo, com festividades e apresentações de grupos folclóricos, de xangô, reizado, sanfoneiros etc.

Edvaldo frisou seu comprometimento com a luta e organização dos trabalhadores e a defesa do socialismo, "único sistema social que libertará as classes exploradas". Quase todas as casas de invasão da Jabutiana têm a foto de Edvaldo colada nas paredes - iniciativa dos próprios moradores em apoio ao candidato. **(da sucursal)**

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Câmara vota finalmente a lei da demissão imotivada

No "esforço concentrado" dos dias 17, 18 e 19 (possivelmente o último "esforço" deste ano), a Câmara dos Deputados aprovou o projeto restringindo as demissões imotivadas de trabalhadores e o Senado, voltando atrás em sua iniciativa reacionária do dia 4, aprovou, com algumas emendas, o projeto já votado na Câmara sobre a propaganda eleitoral gratuita.

O projeto sobre as demissões imotivadas sofreu, até o último momento, o bombardeio dos setores conservadores e reacionários. No dia 17, o deputado Haroldo Lima denunciava, em nome da liderança do PC do B, uma tentativa das lideranças do PFL e PDS, envolvendo também a presidência da Câmara, visando não dar quorum à sessão ordinária de forma que o projeto, colocado em primeiro lugar na ordem do dia, não fosse votado. Haroldo Lima informava que 28 deputados estavam dispostos a solicitar verificação de quorum de todas as sessões caso não constasse como primeiro item a votação do projeto, de autoria do líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, que, mesmo não representando a estabilidade no emprego reclamado pelos trabalhadores, põe um freio na escandalosa rotatividade de mão-de-obra existente hoje em dia.

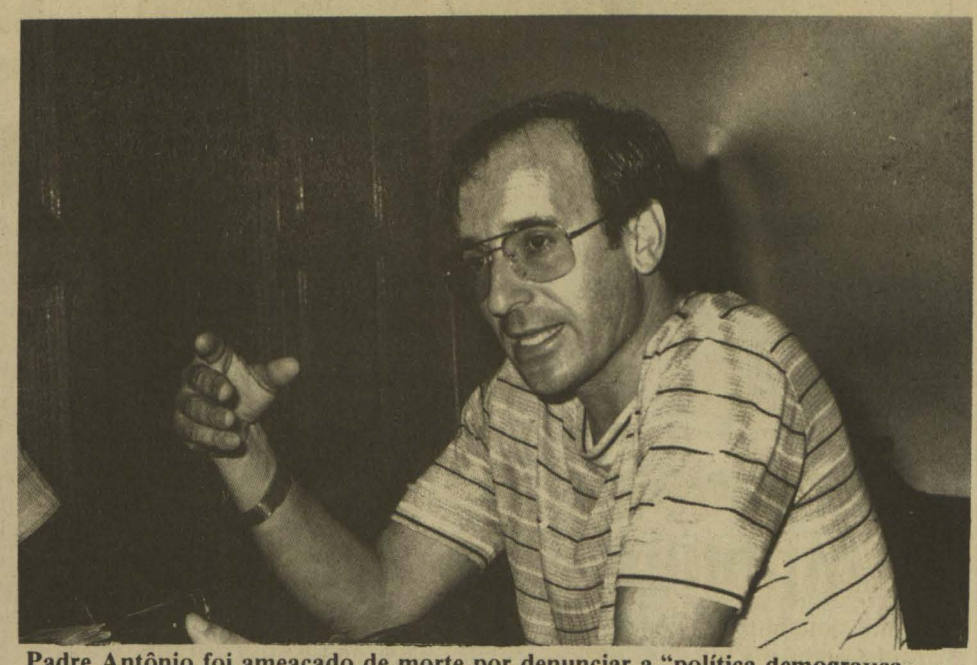
Diante dessa contra-ofensiva, a sessão ordinária da Câmara foi aberta e o projeto aprovado, dia 18, em votação nominal, apesar da tentativa de obstrução do PDS e do PFL. Não é, no entanto, a vitória definitiva da lei cerceando as demissões imotivadas. De um lado, o Senado aprovou, no mesmo dia, outro projeto, de autoria do senador Hélio Gueiros (PMDB-PA), tratando da mesma questão, o que pode dificultar a tramitação do projeto Pimenta. De outro lado, o Executivo federal tem mostrado má-vontade para com a limitação das dispensas, e pode vetar o projeto.

PROPAGANDA NA TV

Também no dia 18, o Senado finalmente aprovou, com emendas, o projeto da Câmara regulamentando a propaganda eleitoral gratuita. Recuou, assim, da atitude intransigente e reacionária adotada anteriormente (ver **TO** nº 268), ao não tomar conhecimento do projeto da Câmara e votar outro, que praticamente excluía os pequenos partidos do acesso ao rádio e TV. Através de negociações, o impasse foi contornado e os senadores não introduziram mudanças de monta no projeto da Câmara.

A modificação de maior vulto é uma mudança no peso dos três blocos em que se dividirão os 120 minutos diários de propaganda eleitoral gratuita. Segundo a fórmula aprovada no Senado (e que dificilmente será modificada ao voltar à Câmara), um bloco, de 40 minutos e será distribuido por igual entre os partidos representados no Congresso que tenham candidatos majoritários ou proporcionais no Estado; outro, de 50 minutos, será dividido na proporção das bancadas no Congresso Nacional; e um terceiro, de 30 minutos, terá distribuição proporcional às bancadas nas Assembléias Legislativas.

De acordo com essa fórmula, fica garantido um tempo mínimo, perto de três minutos, mesmo para os pequenos partidos, desde que tenham representação no Congresso Nacional - embora continue uma grande disparidade entre "grandes" e "pequenos".



Padre Antônio foi ameaçado de morte por denunciar a "política demograiica

Padre e dirigente sindical ameaçados de morte no Amazonas

Por denunciar o abandono a que estão relegadas cerca de 100 famílias levadas do sul do país para o Projeto de Colonização Nova Esperança do governo do Amazonas, o padre Antônio Ramiro Benito está ameaçado de morte. Seu perseguidor se diz agente do SNI, é amigo do coletor Mota (candidato a prefeito de Novo Aripuanã) e do responsável pelo Projeto Nova Esperança, Edivaldo Leal, funcionário do Instituto de terras do Amazonas, Iteram. O sindicalista Severino Moura também acusa o Iteram de ameaçá-lo de morte.

O padre Ramiro já foi ameaçado de enquadramento na LSN, em 1983, por denunciar a violência e a impunidade reinantes em Novo Aripuanã.

Apesar do presidente do Iteram, Augusto Pantoja, deturpar os fatos declarando à imprensa "que tudo vai bem", o deputado estadual João Pedro encaminhou telex aos ministros Paulo Brossard, da Justiça, e Dante de Oliveira, da Reforma Agrária, pedindo providências. Munido de farta documentação sobre o projeto, fornecido pela CPT e pela Fetagriam, que comprovam a existência de irregularidades, João Pedro propôs à Assembléia Legislativa a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias de irregularidades no Iteram.

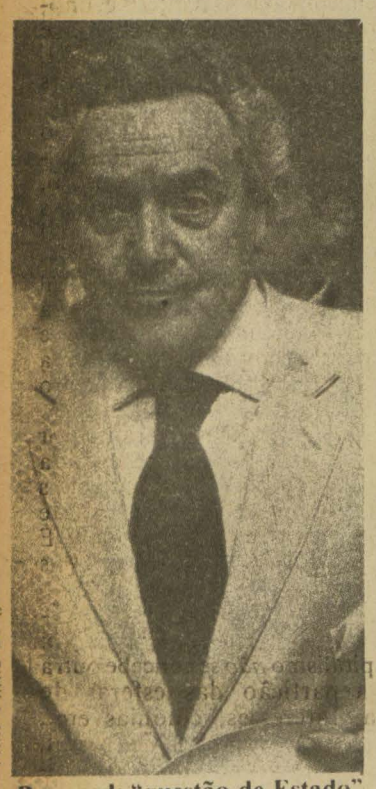
O deputado federal Mário Frota, líder do PSB na Câmara dos Deputados, responsabilizou diretamente o governador Gilberto Mestrinho pela grave situação dos colonos e religiosos de Novo Aripuanã, "que se depararam com engodo, perseguição e violência". E cita o caso de um padre, de uma freira e de 12 camponeses presos ao desembarcar em Manaus e depois mandados de volta pra Nova Aripuanã, que continuaram detidos no barco, de onde só saíram por interferência da CNBB. **(José Barbosa de Carvalho, da sucursal)**

OPINIÃO

A dita reforma demográfica não passa de embuste

A pesar do governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, propagar que "o Estado não precisa de reforma agrária, precisa de reforma demográfica e os projetos de colonização vão abastecer Manaus e as demais cidades", a prática demonstra o contrário. Basta dizer que em seu governo aumentou consideravelmente a importação de feijão, farinha e hortifrutigrangeiros de outros Estados. E a "reforma demográfica" nada mais é que a fracassada colonização levada a cabo pelo regime militar. Há quatro projetos de colonização falidos no Amazonas. Os sindicatos rurais, a Fetagriam, a Contag e a CPT, através de padre Humberto, defendem a desapropriação de terras férteis para distribuí-las aos sem-terra.

O fazendeiro Brossard e a justiça cega



Brossard: "questão de Estado"

Confessando-se "fazendeiro", o ministro da Justiça, Paulo Brossard, voltou a fazer declarações desastrosas numa entrevista ao jornal "Folha de São Paulo". Chega a afirmar que a reforma agrária é uma questão "a ser resolvida pelo Estado", e "por ninguém mais".

O ministro realmente não consegue se desvincular de suas origens de classe ao analisar os problemas brasileiros. Assim, de olhos fechados para a realidade que nos cerca (desemprego, arrocho salarial, crise multilateral do capitalismo), ele interroga-se sobre a origem da violência que ganha proporções nunca vistas: "Decorrerá de uma irreligiosidade galopante? Do enfraquecimento e da dissolução de vínculos familiares? Da facilidade com que as instruções mais antigas se apagam, se dissolvem? Decorrerá da violência de certas diversões que, às vezes, estimulam a agressividade?"

Sem achar resposta para estas questões, o ministro não encontrou também as armas com que os latifundiários vêm matando posseiros na região do Bico do Papagaio: "Até o momento não existe uma informação que me autorize a dizer que existe um armamento fora daquilo que se poderia considerar o normal".

Brossard ficou indignado quando os repórteres lhe perguntaram se era fazendeiro, e mais ainda quando os jornalistas falaram da divisão que existe entre os proprietários e não proprietários de terras: "Divide proprietários e não proprietários? Eu acho que divide aqueles que produzem daqueles que não produzem. Isto é uma outra coisa. Agora, não obstante, está-se criando uma mentalidade, por coisas dessa natureza, por perguntas desse tipo, que uma pessoa que se dedica à produção de alimentos deva ser apontada com um ser anti-social. Eu considero altamente injurioso isto". Deus guarde os inocentes...

O fazendeiro gaúcho, do alto de seu Ministério, não quer nem mesmo a participação dos trabalhadores rurais e camponeses na reforma agrária: "A questão agrária é uma questão de Estado, a ser resolvida pelo Estado, sob a responsabilidade do Estado, segundo critérios do Estado e por ninguém mais, nem indivíduos, nem entidades." E ainda dizem que a Justiça é cega!

UDR quer manipular as eleições

A organização terrorista dos latifundiários brasileiros, a UDR (União "Democrática" Ruralista), que hoje é a coqueluche da imprensa burguesa, está cada vez mais pretensiosa e arrogante. Na terça-feira, dia 17, um de seus coordenadores nacionais, o fazendeiro Plínio Junqueira, afirmou numa palestra que esta organização elegerá mais de 50% dos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte.

Junqueira também não escondeu qual será a fonte de recursos financeiros para campanha desses parlamentares reacionários, testas-de-ferro dos que são contra a reforma agrária. Ele informou que a entidade jogará pesado para interferir na nova Constituição e que para isso fará um leilão, possivelmente em outubro, em Brasília, de mais de 10 mil cabeças de gado para arrecadar dinheiro.

Apesar do blefe pretensioso dos latifundiários, as forças populares e as correntes democráticas precisam estar atentas às ações da UDR. Ela já mostrou que tem força. Atualmente, representa o que há de mais reacionário no campo brasileiro. E com sua atuação violenta e milionária, e seus contatos íntimos nos altos escalões do governo, a UDR já obteve o recuo do Palácio do Planalto na aplicação do seu tímido Plano Nacional da Reforma Agrária.

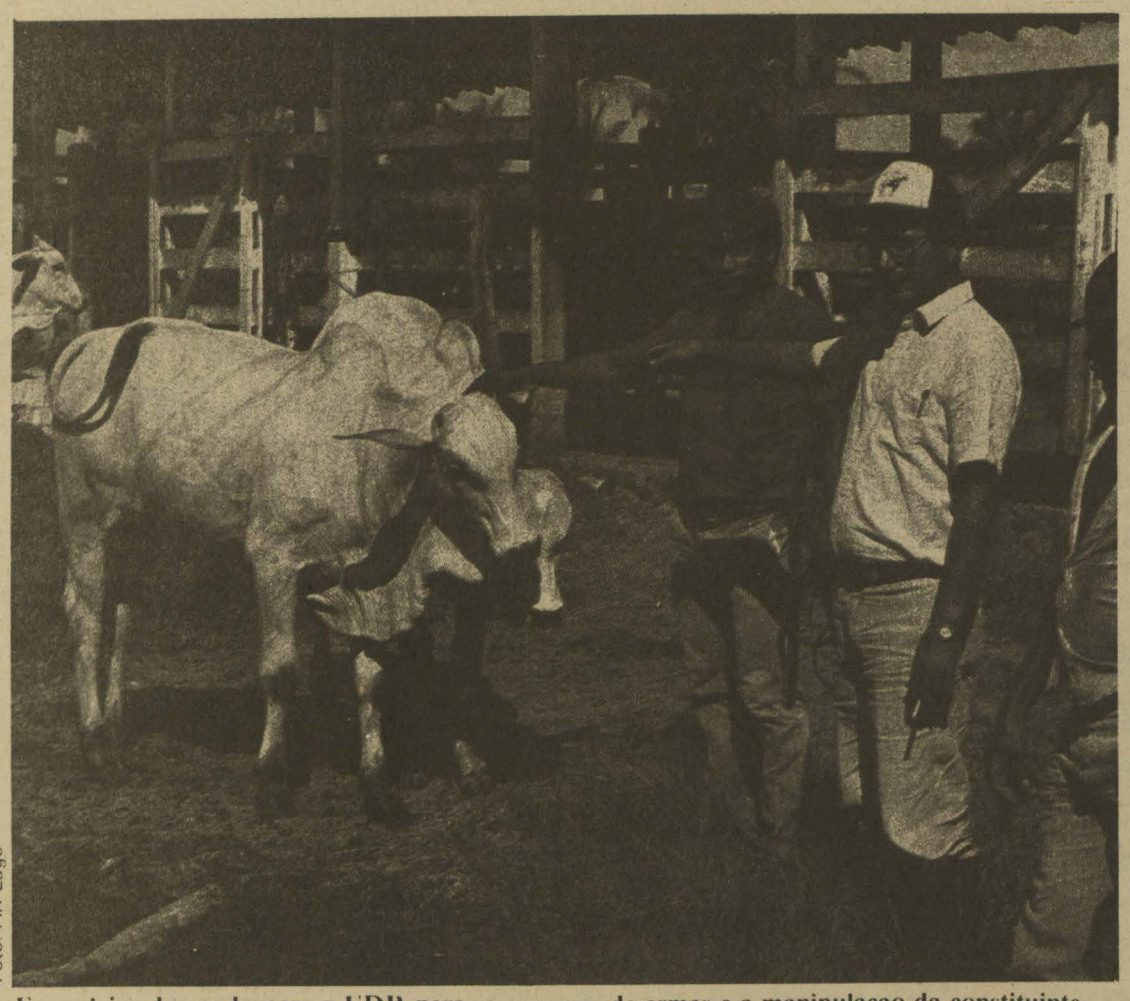


Foto: Ari Lago

Fazendeiro doa gado para a UDR para a compra de armas e a manipulaçao da constituinte

A entidade dos latifundiários está a todo vapor. Constantemente promove leilões de gado, com o objetivo aberto de comprar armas e contratar jagunços para intimidar os trabalhadores rurais. O governo, e particularmente seu ministro da Justiça, Paulo Brossard, finge não ver esta prática terrorista, paramilitar.

Nesse sentido, as forças populares e democráticas precisam ficar em estado de mobilização permanente. Uma de suas reivindicações principais, como bem definiu a CGT na sua reunião de Brasília, deve ser a exigência do fim imediato desta organização terrorista. Ao mesmo tempo, é preciso aumentar a mobilização pela aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Lavradores pedem justiça e terra no ato de Trairi

Um ato político e uma missa de sétimo dia marcaram, no último dia 15, as manifestações de repúdio ao assassinato de três trabalhadores rurais em Trairi, no interior do Ceará. Além de exigir a punição dos latifundiários assassinos, os manifestantes também reivindicaram do governo a imediata aplicação do plano de reforma agrária no Estado.

Júnior, representante da CGT, fala aos camponeses

Cerca de 5 mil trabalhadores rurais participaram das manifestações, inclusive muitos de outros municípios, que viajaram em precários paus-de-arara. Portando faixas e cartazes, eles percorreram as ruas de Trairi em passeata demonstrando firme disposição de lutar pela terra. A missa foi celebrada pelo cardeal-arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, e teve a presença das viúvas dos lavradores mortos.

Na oportunidade, a viúva do trabalhador Francisco Veríssimo, dona Joana, denunciou as duras condições de trabalho dos camponeses. Afirmou que o sistema de parceria utilizado pelos patrões é de brutal exploração, "não compensa para nós". Comentou também que "os que se dizem donos da terra mandam desmanchar as cercas dos lavradores, destróem as plantações, colocam gado e nos expulsam da terra".

"CAMPO E CIDADE"

Depois da missa, que durou duas horas, sob um sol muito forte, os camponeses ainda participaram ativamente do ato público, na praça central da cidade, patrocinado pela CGT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, Contag e por vários sindicatos. Nele os presentes repudiaram as afirmações dos setores reacionários, de que a Igreja e os comunistas são responsáveis pela violência no campo. O sindicalista Júnior, representando a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), defendeu a unidade dos explorados do campo e da cidade para barrar a violência dos latifundiários e assegurar a reforma agrária.

PALAVRA CASSADA

Num momento em que se faz necessária a mais ampla unidade de todas as correntes de opinião interessadas em verdadeiras mudanças em nosso país, causou estranheza nas manifestações de Trairi a atitude estreita de alguns setores da Igreja. Estes cercearam a palavra dos partidos políticos, num gesto antidemocrático, e ainda exigiram arbitrariamente a retirada de uma faixa do Partido Comunista do Brasil em apoio à luta dos trabalhadores rurais.

Mesmo assim, os lavradores receberam muito bem a nota distribuída pelo PC do B. Neste documento os comunistas denunciaram o assassinato dos trabalhadores e afirmaram que para acabar com a violência no campo é fundamental por fim ao latifúndio. A nota é concluída com uma conclamação à união dos trabalhadores rurais e urbanos. **(da sucursal)**

Senado homenageia constituintes de 1946

Na solenidade de lançamento do Projeto Constituição, realizada no dia 18 no Senado, 24 constituintes de 1946 receberam uma medalha de ouro de 50 gr. comemorativa dos 40 anos de Assembléia que participaram, cunhada pela Casa da Moeda. O Senado conseguiu estabelecer contato com 60 dos 328 constituintes de 1946. Deles, 24 compareceram à cerimônia, entre os quais o professor Euzébio Rocha e o presidente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas.

Euzébio Rocha falou em nome dos homenageados, dizendo que na próxima Constituinte é essencial uma representação ampla, de todas as camadas sociais, para garantir a democracia.

Durante a tarde os homenageados participaram de uma seção do Senado. O senador Nelson Carneiro saudou os constituintes pelo serviço que prestaram à nação com sua participação na "Constituinte mais democrática que nosso país já teve".

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Defesa descarada do golpe militar

As forças armadas pleiteiam que se perpetue o direito dos generais fiscalizarem e se contraporem ao presidente da República. Querem ainda que se lhes garanta a prerrogativa de "defender" o Legislativo e o Judiciário contra o que eles considerarem "excesso" de algum presidente da República "desvairado". Em outras palavras, os generais reivindicam que se legalizem os golpes militares.

INTERFERÊNCIA ARMADA

Isto é o que se pode tirar de declarações de uma "alta patente militar" ao jornal "O Estado de São Paulo" de terça-feira dia 17. Segundo o texto os militares consideram que o termo dos golpes militares está influenciando a Comissão de Estudos Costitucionais presidida pelo jurista Afonso Arinos.

Esta matéria "plantada" na imprensa pelos velhos métodos da ditadura, com a fonte da informação permanecendo anônima, revela que a pressão militar para manter o Exército como instituição privilegiada, acima dos demais poderes, com poder para tutelar a nação é cada vez maior.

O ministro da Marinha chegou a afirmar que estamos numa democracia, daí considera que não se justifica o "patrulhamento" contra declarações de qualquer um. Ocorre que as declarações não são de pessoas simplesmente, mas de posições de instituições armadas que deveriam submeter-se aos poderes contituídos. E de instituições armadas que se julgam capazes de saber o que é bom para o Legislativo e o Judiciário e de controlar o Executivo, para saber se o presidente é ou não "desvairado", mesmo que tal presidente seja considerado normal pelos brasileiros e eleito livremente para exercer o cargo de chefe da nação.

DEFINIR LIMITES

Não se trata de atacar as Forças Armadas em si. É sabido que no sistema capitalista tal instituição tem lugar obrigatório. Mas os brasileiros têm toda razão não apenas em "temer" os golpes mas em tomar providências na vida prática, através inclusive de normas constitucionais, que disciplinem as corporações militares e as enquadrem como instrumentos obedientes ao governo e ao Congresso Nacional.

A história recente do Brasil mostra que este poder armado que se trasformou numa oligarquia fardada, foi fonte de inúmeras ações de violação dos direitos humanos, das liberdades democráticas e inclusive de crimes contra a humanidade como a tortura e o assassinato de opositores políticos. E na elaboração da nova Carta Magna, o estudo da história é peça básica, para saber estabelecer os limites, os deveres e direitos de cada instituição, assim como definir acertadamente o papel do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, para que sejam de fato poderes independentes e harmônicos.

FORÇA DO POVO

O debate sobre a Constituinte ganha peso. E de certa forma encerra-se a fase da discussão sobre o que é a Constituinte, e de sua convocação, para se encerrar na fase das propostas concretas sobre o que mudar, como mudar e como garantir que a mudança na lei se transforme em mudança prática.

Nesta questão, de fazer as decisões da Constituinte serem acatadas e respeitadas, ganha papel decisivo a unidade e organização do povo. A experiência indica, com exemplos abundantes, que as Forças Armadas não têm a disposição de acatar o poder Constituinte. Só se submeterão à democracia se forem compelidas a isto pela força do movimento social. **(Rogério Lustosa)**

DE OLHO NO LANCE

Na contra-mão

O presidente Sarney enviou projeto de lei ao Congresso Nacional contendo um item classificando como infração penal "organizar e instigar invasões de áreas para causar conflitos fundiários".

A medida, por um lado, dirige-se contra as lideranças sindicais e democratas que apóiam os camponeses na luta pela reforma agrária. Por outro lado baseia-se num concepção conspirativa da história - tenta dizer que os conflitos fundiários são provocados por pessoas, artificialmente.

O próprio presidente Sarney reconhece que a grilagem é um ato de violência que deve ser coibido, considera igualmente que existe no país uma estrutura agrária injusta e superada historicamente. Mas as medidas de reforma agrária estão sendo impedidas, através do uso da força bruta, por latifundiários agora organizados na UDR. É esta reação destinada e fora da lei que causa os conflitos fundiários. A tentativa absurda de deter a marcha da sociedade para frente é a grande responsável pela violência.

Falar em reforma agrária mas classificar como "organizadores de conflitos" aos que lutam por ela é uma incoerência inadmissível.

LÊNIN ACERTOU EM CHEIO

Setenta anos depois de escrito, o livro de Vladimir Lênin "O imperialismo, fase superior do capitalismo assombra por sua certeira pontaria

O primeiro impacto de uma leitura atual desta obra é a constatação de que as últimas sete décadas exacerbaram até o paroxismo **todos** os "traços fundamentais" do imperialismo, que Lênin sintetizava assim:

"1) A concentração da produção e do capital chega a um grau tão elevado de desenvolvimento que cria os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;

"2) A fusão do capital bancário com o industrial leva à criação, no âmbito deste "capital financeiro", da oligarquia financeira;

"3) A exportação de capitais, distinta da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;

"4) Formam-se associações internacionais monopolistas de capitalistas, as quais repartem o mundo entre si;

"5) Termina a repartição territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.".

O capital monopolista invadiu até o inocente ramo das lanchonetes

Hoje, a concentração da produção e do capital chegou num nível que faz o imperalismo de 1916 parecer uma criança de colo. **"O imperialismo"** registra que nos Estados Unidos, em 1909, **as 3.060 maiores empresas industriais** concentravam 2 milhões de operários e uma produção de US$ 20,7 bilhões. Já a revista *"Fortune"* revela que, em 1984, **as cinco maiores** (Exxon, GM, Mobil, Ford, Texaco e IBM) empregavam 1.921.000 assalariados e venderam US$ 375 bilhões. As 500 maiores somavam 14,2 milhões de empregados e US$ 1,7 trilhão de vendas. As 500 maiores fora dos EUA totalizavam US$ 1,7 trilhão de vendas e 17,7 milhões de assalariados.

A concentração, inexorável, avança sobre tudo. Até no inocente ramo das lanchonetes, a multinacional *MacDonald's* em 1978 ultrapassou 5 mil lojas, em um cento de países. Se antes os ramos do carvão e do ferro puxavam o processo, cederam para os do petróleo, automóveis e, recentemente, da informática. Como ápice da monopolização, tomou ímpeto o capitalismo monopolista de Estado, em que o aparelho estatal como um todo se coloca a serviço dos monopólios.

O segredo dos Zaibatsu, conglomerados "assumidos" de bancos e indústrias

A formação do **capital financeiro** - pela concentração bancária, supremacia dos bancos, "fusão" do capital industrial com estes e "união pessoal" entre bancos, empresas industriais e aparelho estatal - é outro fenômeno apontado por Lênin que tornou-se avassalador nestes 70 anos.

Nos EUA, embora existam mais de mil bancos, reinam o *Bankamerica*, o *Citicorp*, o *Chase Manhattan*, o *Manufactures Hanover*, o *Morgan*. Só este possui 20 bancos "filhos". No conjunto, os EUA se mantém como sede maior do capital financeiro. E o imperialismo francês, velho perito em usura, continua no páreo. Mas nos anos 80 o Japão passa a ser dono dos três maiores bancos do mundo em reservas. O quadro abaixo mostra esta corrida e também a concentração de capitais nestes monstros das finanças: as reservas dos dez maiores somam US$ 1.313 bilhões, quando os dez maiores de 1981 totalizam US$958 bilhões; um salto de 37% em quatro anos!

Banco	Reservas em 1985 US$ bi.	Aumento em rel. a 1981	Posição em 81 e 1985
Dai-Ichi Kangyo, Jap.	165,64	93,7%	8º -1º
Juji Bank, Jap.	145,73	89,8%	13º- 2º
Sumimoto Bank, Jap.	140,51	77,2%	11º- 3º
Citibank, EUA	136,62	21,2%	2º -4º
Mitsubishi Bank, Jap.	135,15	77,8%	14º- 5º
Sanwa Bank, Jap.	129,52	90,3%	17º- 6º
Nationale de Paris, Fr.	124,08	16,2%	3º -7º
Credit Agricole, Fr.	118,21	20,9%	4º -8º
Credit Lyonnais, Fr.	112,36	19,9%	5º -9º
Bank of America, EUA	106,16	-8,7%	1º -10º

Fonte: revistas "News Week" e "Fortune"

Uma base do êxito do capital japonês é justamente a forma específica de seus monopólios financeiros, os *Zaibatsu*: são conglomerados "assumidos", de bancos, indústria e comércio, agressivos e eficientes.

A rota do capitalismo desde o pequeno usurário até o usurário gigante

A exportação de capitais é o traço do imperialismo mais em evidência nesta década da dívida externa. "O capitalismo, que iniciou seu desenvolvimento com o pequeno capital usurário, chega ao fim desse desenvolvimento com o capital usurário gigante" - dizia Lênin.

Meia-dúzia de metrópoles da usura (EUA, URSS, Japão, França, Alemanha) levam pelo cabresto da dívida o Brasil, México, Argentina, Cuba, Nigéria, Coréia, Indonésia, Polônia, Iugoslávia... e o resto. A soma do débito, em 1974, era US$ 149 bilhões; em 1984, passou do trilhão. As taxas de juros passam de 11% (no tempo de Lênin estavam perto dos 5%). Nós brasileiros sabemos bem o que isto significa.

Em sua obra Lênin nota que "essa exportação (de capitais) pode, até certo ponto, ocasionar um estancamento do desenvolvimento dos países exportadores, mas isto só pode se produzir a troco do aprofundamento e expansão ainda maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo".

De fato, em todo o após-guerra a tendência histórica é o crescimento industrial na América Latina, Ásia e África em ritmo superior às potências imperialistas (exceto o Japão). A partir da crise de 1973 em diante esta tendência aumentou. Na França, EUA ou Inglaterra, sociólogos burgueses exibem estatísticas sobre certa redução no número de operários e anunciam pela milésima vez que "o marxismo-leninismo caducou".

Vã esperança. A exportação de capitais, em busca de matérias-primas, mercados, salários baixos e escandalosas taxas de mais-valia, "exporta" também a classe operária e todas as contradições do capitalismo. O proletariado industrial, que na época de Lênin praticamente só existia enquanto classe na Europa e América do Norte, hoje está em todo o mundo.

O peso relativo do proletariado em muitos países dependentes se aproxima e até iguala as potências industrializadas. É uma classe super-explorada, dona de explosivo potencial revolucionário e já bastante concentrada, como mostra a tabela:

Número de operários não-agrícolas e sua participação na população ativa (PA)		
País	operários	% da PA
Metrópoles imperialistas		
Estados Unidos	34.214.000	32,0
Japão	19.389.000	33,9%
Alemanha Oc.	9.876.000	34,6%
Países importadores de capitais		
Egito	2.052.000	21,3
Chile	1.163.000	33,4
Coréia do Sul	3.990.000	27,6
Hong Kong	1.167.000	49,2
Irã	3.327.000	34,2

Fonte: Anuário da OIT. 1981; dados de 1980

Quanto às metrópoles, ocorre o fenômeno que em 1916 Lênin apontava sobretudo na Inglaterra, mas também na França, EUA e, começando, na Alemanha: o parasitismo e a decomposição do capitalismo em sua fase imperialista. Ramos industriais inteiros "caducam" (siderurgia nos EUA por exemplo), a economia se desloca do setor produtivo para o de serviços. A produção perde ímpeto, exceto em certas áreas "de ponta" (informática) e, naturalmente, na indústria de armamentos para garantir essa "boa vida".

Estão anunciando uma aliança de pesos-pesados: a Ford com a Volkswagen

A divisão dos mercados mundiais entre os monopólios alcançou novos níveis de sofisticação. É conhecida a maneira como as "Sete Irmãs" repartiram entre si a maioria das jazidas petrolíferas do planeta. Ainda agora, no Brasil, anuncia-se uma associação de pesos-pesados, a *Ford* e a *Volkswagen*, que detêm 66% da produção nacional (?!) de automóveis.

A repartição, contudo, nem sempre é amigável. Ao contrário, a concorrência é selvagem. É o que se vê hoje, quando a punjança dos conglomerados japoneses provoca iradas reações protecionistas nos EUA.

Um exemplo: o mercado brasileiro de automóveis atualmente é americano, alemão e, um pouco, italiano. Mas o Japão, convertido em maior produtor mundial do ramo, já invade até a Europa e os EUA com seus carrinhos; já abocanhou o nosso mercado de motos; a tendência é, mais dia, menos dia, ele tentar ao menos cravar um dente neste apetitoso filé.

Um rigor de cientista

Em junho de 1916, quando concluiu **"O Imperialismo"**, Lênin tinha 47 anos, na maioria passados no degredo, prisão e exílio. Morava com a mulher, Nadeja Krupskaia, numa casa de cômodos, sobre uma malcheirosa fabriqueta de linguiças, em Zurique, Suíça, a mil quilômetros da Rússia.

Não era fácil a situação dos marxistas como Lênin naquele verão de 1916. A guerra ensanguentava a Europa. Milhões de trabalhadores eram levados a se matarem entre si, em nome de duas quadrilhas de assaltantes imperialistas coligados. Quase todos os países viviam uma atmosfera opressiva, de restrição à liberdade, repressão ao movimento operário e embrutecedora propaganda *chauvinista*, patrioteira, em favor da guerra.

Também não havia paz entre os socialistas (chamados, na época, social-democratas). Uma ala, de direita, aderira ao *chauvinismo*. Outra, de centro, conciliava com esta. Só os bolcheviques russos e uns poucos revolucionários de outros países mantinham a postura internacionalista.

Vladimir Lênin, contudo, não se abatia. As crises no mundo e no movimento marxista pareciam espicaçar as energias sem fim daquele homenzinho de aparência modesta e olhos penetrantes.

É que Lênin não era apenas o revolucionário apaixonado, o polemista implacável, o dirigente prático. Tinha rigor de cientista. Apoiava sua atividade numa fundamentação teórica tão sólida que até hoje resiste à prova do tempo e à crítica corrosiva de seus inimigos.

Para escrever **"O imperialismo"**, ele debruçou-se sobre uma montanha de escritos e estatísticas de todo tipo, reclamando, ainda, de escassez de publicações russas, inglesas e francesas. Encheu mais de 800 páginas de anotações. Produziu assim uma obra que é até hoje um dos pilares do pensamento revolucionário.

A vida deu razão a Lênin. Quando **"O imperialismo"** foi impresso, em meados de 1917, a Revolução de Fevereiro já varrera o tzarismo na Rússia. Mais alguns meses, e a Revolução de Outubro dava início à construção de um mundo novo. A luta de contrários entre revolucionários e oportunistas produzia um salto de qualidade na teoria e na prática do movimento operário internacional. Ficava confirmado que, de fato, "o imperialismo é a ante-sala da revolução social do proletariado".

Novos anéis ainda mais cintilantes voltaram aos dedos dos colonialistas

A decorrência natural da repartição do mundo entre os **monopólios** é uma repartição equivalente entre as **potências** imperialistas.

O livro de Lênin expõe como isto se deu há um século, no apogeu do colonialismo. Após a II Guerra o sistema colonial sucumbiu diante da vasta frente que levantou contra si nas antigas colônias. Algumas delas (Indochina, Argélia, Angola, Guiné, Moçambique etc.) se emanciparam em meio a rebeliões populares; outras "foram emancipadas" pelas próprias potências coloniais, que entregaram os anéis para salvar os dedos.

Porém os dedos dos antigos colonialistas voltaram a se cobrir de anéis ainda mais cintilantes. "O capital financeiro - diz Lênin - é uma força tão considerável, tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e com efeito subordina, inclusive Estados que gozam da mais completa independência política".

No lugar do colonialismo, surge o neocolonialismo - uma sofisticada mescla de domínio econômico-financeiro, pressão e chantagem, corrupção das classes dominantes, do aparelho estatal e das Forças Armadas nativas, ocupação militar (os EUA mantêm 722 mil soldados acantonados em 30 países; a URSS, 455 mil soldados em 26 países) e agressão pura e simples (dos EUA na América Central e Líbia; da URSS no Afeganistão...).

O neocolonialismo não "garante por completo o monopólio" de determinada potência. Em contrapartida, é até mais eficaz que o velho sistema, na hora de carrear riquezas para as metrópoles. É também mais flexível, facilitando as acomodações entre os dominadores.

Isto não exclui a luta interimperialista. Lênin outra vez tem razão: "Sob o capitalismo *não* se concebe outra base de repartição das esferas de influência, interesses, colônias etc., exceto a *força*, econômica, financeira, militar etc., dos que participam na divisão. E a força dos que participam na divisão não se modifica de modo idêntico, já que no capitalismo é impossível o desenvolvimento *igual* das distintas empresas, trustes, ramos industriais e países". Nas últimas décadas, o desenvolvimento das atuais metrópoles do planeta teve o seguinte ritmo:

PIB (Produto Interno Bruto) médio anual				
País	51-60	61-70	71-80	81-83
EUA	3,3%	3,9%	2,6%	1,1%
URSS	10,2%	7,9%	5,7%	3,8%
Japão	8,0%	11,2%	5,0%	3,0%
Alemanha Oc.	7,3%	4,7%	2,5%	0,0%
França	4,8%	5,6%	3,4%	1,0%
Inglaterra	2,8%	2,9%	1,5%	1,1%

Fonte: "The Johns Hopkins University Press"; Rel. Ocde

Nota-se aqui, além da tendência geral declinante, desigualdades sensíveis. Os EUA mantêm mais de US$ 1 trilhão de vantagem sobre o PIB dos concorrentes; mas nesses 33 anos não chegaram a triplicar seu produto. A Inglaterra, que mal dobrou seu PIB, virou uma potência de segunda, enquanto França e Alemanha tiveram um desempenho intermediário.

Já o Japão decuplicou o seu PIB. Mas o Japão é um gigante econômico com pés políticos e militares de anão. Ainda hoje "hospeda" 50 mil soldados ianques e vive sob "proteção" da 3ª e 7ª frotas de guerra dos EUA. Política e diplomaticamente é caudatário dos americanos. Naturalmente, seus sucessos econômicos empurram os *Zaibatsu* e os herdeiros do não distante militarismo nipônico no sentido de um dia romper este estado de coisas.

A URSS atual está neste páreo imperialista. Desde a restauração burguesa que iniciou há 30 anos, seu desempenho econômico caiu verticalmente. Mas ela tem o maior PIB depois dos EUA, tem reservas imensas, uma vasta área de influência, poderio militar comparável ao americano e, desgraçadamente, serve-se de uma enganosa fachada "socialista".

É, pois, um quadro de deslocamento. O peso e o apetite dos comensais imperialsitas já não combinam com a atual repartição do bolo. E fica a pergunta de Lênin: "Se a correlação de forças mudou, como se pode superar as contradições, *sob o capitalismo*, exceto *pela força*?".

Note-se que Lênin grifa: *"Sob o capitalismo"*. Sim, pois, diz ele, "O capitalismo, em sua fase monopolista, conduz de cheio à socialização da produção": "as relações de economia e propriedade privada constituem um invólucro que já não corresponde ao conteúdo" e "será inevitavelmente suprimido". Mas isso é assunto para um próximo artigo, sobre as condições favoráveis e as adversidades que o capitalismo vem criando, ao longo de sua demorada agonia, para a revolução social. **(Bernardo Joffily)**

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

O que mostram os números da eleição da UNE

No dia 20 de junho a nova diretoria da UNE estará tomando posse. Os dados comprovaram definitivamente que, apesar das fraudes, da queima de votos e do desparecimento de urnas (veja quadro), venceu a chapa "UNE-livre", a única realmente comprometida com as decisões do Congresso da entidade. O ex-presidente da UNE Aldo Rebelo fala sobre o processo de votação, defendido exatamente pelas mesmas forças que tentaram impedir o pleito.

Votação das chapas por Estado

	UNE Livre	Pr'à sair dessa maré	Arrebentar a boca do balão	Tem que dar certo	Borduna Democrática	Brancos	Nulos	Total
AC	215	303	18	7	10	5	16	604
AM	2.146	1.046	105	46	35	73	84	3.535
PA (1)								
PI	1.373	1.037	42	50	13	115	105	2.735
MA (2)								
CE	4.687	3.177	508	164	74	228	279	9.117
RN	1.876	2.055	1.362	52	24	65	176	5.610
PB	5.578	4.324	186	61	91	128	106	10.489
PE (6)	1.782	1.011	901	78	99	106	89	3.954
AL	2.402	661	145	51	37	266	116	3.678
SE	435	676	198	21	5	43	37	1.415
BA (6)	5.210	1.488	146	117	35	178	158	7.232
MG	4.899	3.036	2.630	265	148	368	367	11.713
RJ (6)	8.805	2.684	833	1.244	143	238	215	14.162
ES (3)								
SP	7.304	908	627	3.812	373	407	252	13.683
GO	5.075	1.475	963	225	202	149	203	8.292
DF	1.695	2.902	192	96	50	219	153	5.307
MS (4)								
MT (5)								
PR	4.077	441	292	144	31	154	57	5.296
SC (6)	1.440	583	46	64	31	79	24	2.317
RS (6)	2.787	1.854	235	77	29	112	70	5.164
RO	261	303	26	34	14	22	22	632
Total	62.127	29.964	9.455	6.607	1.444	2.955	2.529	115.081

(1) A diretoria provisória da UAP violou todas as urnas, retirou e destruiu votos da UNE nelas depositados.
(2) A diretoria do DCE da UFMA ordenou a incineração dos votos.
(3) A diretoria do DCE da UFES violou as urnas e destruiu os votos da UNE.
(4) Os mapas eleitorais não chegaram à sede da UNE até o último dia de apuração.
(5) Mesmo após apuradas as urnas, o DCE recusou-se a enviar à UNE os mapas eleitorais.
(6) Nesses Estados, apoiadores de "Pra Sair Dessa Maré" e de "Arrebentar a Boca do Balão" promoveram queima e roubo de um total estimado de 25 mil cédulas já depositadas nas urnas.

Às vésperas de seu cinqüentenário aparece mais uma vez a UNE como trincheira a dividir campos opostos em luta, fortaleza assediada pelos inimigos da liberdade e da soberania nacional, mas heroicamente defendida pela juventude democrática, patriótica e revolucionária.

Tem sido essa a história da UNE. Nos anos 30, quando nasceu, cortejada pelo Estado Novo, liderou a primeira passeata antifascista, rompendo definitivamente com o governo Vargas que tentara cooptá-la. Em seguida promoveu jornadas de caráter democrático e nacionalista para cair, no início da década de 50, sob controle da direita, quando até agentes da CIA foram contratados para assessorar a diretoria da entidade. Na fase imediatamente anterior ao golpe, a UNE era de novo um dos esteios da luta por reformas políticas, econômicas e sociais. Para desmoralizá-la, a reação levantava a acusação de que a diretoria era corrupta e a entidade governista. Para apurar as "denúncias" uma CPI chegou a ser instaurada no Congressso Nacional, perante a qual depôs o então presidente da UNE, José Serra, acabando por desacreditar completamente seus caluniadores. Mais tarde, os generais criaram o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) para substituir a UNE. A tentativa fracassou e a UNE foi reorganizda em 1979.

HISTÓRIA E FARSA

Agora a tragédia se repete como farsa. Além dos protagonistas já conhecidos - "Folha de São Paulo", "Jornal do Brasil" e reacionários em geral - surge em cena um novo personagem, o PRC, coadjuvante perfeito para a grande burguesia encenar mais uma vez sua tentativa de desagregar e dividir a entidade máxima dos estudantes brasileiros, sob os velhos pretextos de falta de representatividade, governismo ou irregularidades, desta vez nas eleições diretas.

O SONHO ACABOU

É inquestionável que os Centros Acadêmicos, DCEs, UEEs e também a UNE não conseguem no momento realizar grandes mobilizações. Mas os estudantes honestos e batalhadores da liberdade e da independência nacional compreendem as dificuldades que enfrentam e procuram reerguer o movimento estudantil em torno de uma plataforma unitária de luta pela transformação da universidade, pelo ensino público e gratuito para todos, pela liberdade e os interesses nacionais e do povo brasileiro. Por esse caminho os estudantes podem vir ajudar a construir um vigoroso movimento de massas de caráter progressista, democrático e antiimperialista, sob a direção da UNE e de outras entidades nacionais, pondo em xeque os planos abertamente reacionários da "Folha de São Paulo", deitando por terra o sonho do PRC de assaltar a diretoria da UNE, e sua política aventureira e neotrotsquista. Eis as verdadeiras razões pelas quais o jornal da Barão de Limeira transformou-se em valhacouto da divisão e a chapa "Prá sair dessa maré" fugiu das eleições pretextando fraude.

A UNE e os estudantes podem vencer mais esta batalha e têm tudo para conseguí-lo. Ensino público, de melhor qualidade e conteúdo progressista, é anseio de todos os estudantes. Nada corresponde mais às aspirações de nosso povo que viver num país democrático, livre da dominação estrangeira. Por essas bandeiras e por essa luta deu a vida Honestino Guimarães. Os que reverenciam sua memória não podem assustar-se diante do gesto solitário e covarde de Jeferson Calaça e seus seguidores, queimando cédulas da eleição da UNE e comandando bandos de espancadores de estudantes. **(Aldo Rebelo)**

Foto: Francisco Messias

Estudantes defendem a bandeira da UNE durante o Congresso

Foto: Niels Andreas

Grevistas comemoram na Assembléia a aprovação do projeto

Novas conquistas na greve dos servidores da saúde

A Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou em regime de urgência, no último dia 17, o projeto de lei 33/86, de autoria do executivo, concedendo vantagens salariais aos funcionários do Estado. O projeto foi aprovado com a supressão do artigo 26 que retirava a gratificação das AIS (Ações Integradas de Saúde), um dos motivos da paralisação dos servidores da área de saúde. Mas, no dia seguinte o governador, por decreto, reintroduziu este artigo.

Com a greve os servidores públicos da saúde obtiveram outras conquistas. O secretário estadual de Saúde, João Yunes, propôs a equivalência salarial dos profissionais da Saúde com o maior valor pago aos servidores municipais, do Estado ou do Inamps. Assim, por exemplo, um assistente social passaria de um salário de Cz$ 4.599,00 pra Cz$ 6.399,00. Os grevistas também reivindicam a reestruturação de carreira e regulamentação do adicional de insalubridade (de 10 a 40% de dois salários-mínimos)

GREVE COM AMPLO APOIO

Cerca de 33 mil dos 40 mil funcionários públicos da área de Saúde aderiram à greve, paralisando 95% dos centros de saúde da capital e 70% dos centros e hospitais do interior do Estado. Uma das principais conquistas do movimento paredista foi a adesão dos 8.500 funcionários do Hospital das Clínicas, no último dia 10. Amplos setores da sociedade também deram o seu apoio aos grevistas. Vários partidos políticos - até mesmo o PMDB, do governo, consideraram justas as reivindicações dos servidores.

Luta pela posse da terra na Fazenda Ipanema

Desde março o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sorocaba vem se mobilizando para que a região seja incluída no Plano Nacional de Reforma Agrária. No 1º Plano do Governo, o município era considerado área prioritária.

Na região existe uma fazenda de 6 mil hectares, a Ipanema, com pendência entre os governos estadual e federal pela posse da terra. Cerca de 20 mil famílias de posseiros vivem e trabalham nela há muitos anos, e não têm título definitivo por causa desta questão. E como existem 5 mil hectares abandonados, aumenta a cada dia o número de famílias que querem trabalhar na fazenda. Nos últimos três meses cresceu consideravelmente a mobilização dos posseiros para garantir seu lote na Ipanema. A última assembléia contou com a participação de 700 pessoas. Foi realizada no centro da cidade. Em seguida os posseiros se dirigiram em caravana para a Divisão Regional Agrícola, exigindo seus títulos. A CGT participou ativamente do movimento, que contou também com a presença do deputado federal Aurélio Peres, do PC do B. No próximo dia 22 será realizada nova assembléia. E os lavradores se dispõem a ir em comissão a Brasília entregar um abaixo-assinado diretamente ao presidente da República ou ao ministro da Reforma Agrária com suas reivindicações. A luta pela reforma agrária vem crescendo a cada dia em Sorocaba.

Foto: Cristina Silveira

Nova ameaça de despejo no Centreville

As 600 famílias que ocuparam o conjunto Centreville em Santo André no ABC paulista estão novamente ameaçadas de despejo. O juiz Fernando Antônio Maia da Cunha expediu despacho favorável ao pedido de desalojamento dos imóveis. A carta precatória já se encontra na Comarca local, mas os moradores organizam a resistência.

Lutamos muito, realizamos benfeitorias em nossas casas, estamos dispostos a pagar pelos imóveis e não podemos entregar isto de graça", sustenta Adonis Bernardes, presidente da Associação União e Luta dos Moradores de Centreville.

A primeira ocupação do Centreville ocorreu em 1982 (uma outra foi realizada no ano seguinte). Os ocupantes, na maioria operários e grande número de desempregados e favelados, encontraram as casas ainda inacabadas, embora abandonadas há seis anos.

"QUEREMOS JUSTIÇA"

"Foi uma ocupação atípica, considera Maria da Silva, do Conselho Popular de Centreville. "Se o povo não tivesse invadido, as casas estariam até hoje abandonadas, pois haviam interesses nisto, em especial da construtora Novaurbe S/A. Hoje queremos justiça", conclui.

Com efeito, a Novaurbe participou da execução da obra, em conjunto com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo - CEESP. Acusada de haver praticado uma série de irregularidades (superestimação do valor de serviços prestados, empréstimo ilegais etc), inclusive judicialmente (pela CEESP), a empresa acabou tendo sua falência decretada.

O síndico da massa falida, Juvenal Campos de Azevedo, foi quem requereu o despejo, argumentando que com os recursos provenientes da venda dos imóveis será possível concluir o processo de falência da Novaurbe, efetuando o pagamento dos credores.

"NÃO SERÁ FÁCIL"

Os milhares de moradores do Centreville pleiteiam uma solução negociada. "Afinal", sublinha Adonis Bernardes, "todos sabem que a crise habitacional atinge praticamente todos os trabalhadores. O aluguel é caro e as construções destinam-se aos que têm maior poder aquisitivo".

- Mas nós - acrescenta - não queremos morar no Centreville de graça. Nós estamos dispostos sempre estivemos, a negociar uma forma de pagar os imóveis.

Além disso, grande parte dos moradores realizaram benfeitorias nas residências. Há poucos dias, um deles gastou 30 mil cruzados na construção de um muro, com grades de ferro, e outras melhorias.

O governador Montoro havia prometido, em comício durante a sua campanha de 1982, que, se eleito, resolveria o problema de forma a não contrariar os interesses dos moradores. Apesar de ter obtido uma votação maciça no Centreville, infelizmente a conduta do seu governo não tem correspondido à promessa. A desapropriação, reivindicada pelos ocupantes e apoiada pelo secretário da Habitação, José Carlos Seixas, é um caminho que não apresenta tantas dificuldades. Mas ele vacila em adotá-la.

A CEESP, por sua vez, tem tido um comportamento duvidoso e incompreensível. O próprio juiz que deu despacho favorável ao despejo lembra que a solução negociada não é difícil, já que a CEESP é credora de 90% dos débitos da empresa falida; os 10% restantes não constituiriam problema maior. Bastaria uma decisão da Caixa e não haveria motivo e nem processo de despejo. No entanto, a empresa, embora acene com promessas aos moradores, vem empurrando o problema com a barriga há pelo menos oito meses, negando-se a viabilizar uma solução de consenso.

De qualquer forma, os ocupantes do Centreville estão se preparando para resistir à possibilidade de desocupação. Na terça-feira à noite foi realizada uma assembléia no bairro com a participação de 800 moradores. A disposição de luta é enorme. "Eles não podem nos tirar daqui. Não vai ser fácil", garantiu um morador.

Foto: César Diniz

Os moradores do Centreville sempre exigiram a negociação

Professores de Minas vencem greve de 26 dias

Os professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais, que estavam em greve há 26 dias, decidiram retornar ao trabalho, em assembléia realizada dia 14, em Belo Horizonte, com aproximadamente 5 mil presentes. A professora Celina, do comando de greve, considerou o movimento vitorioso, apesar de não ter atingido plenamente alguns objetivos. A greve alcançou 574 cidades, com a adesão de 80% da categoria.

PARALISAÇÃO DOS SERVIDORES

Os professores conquistaram a estabilidade no emprego até dezembro de 1987 e será aberto concurso ainda este ano para preencher 30 mil vagas. Quanto ao novo piso salarial, que varia de três a nove salários mínimos, será feito em parcelas, em maio de outubro deste ano e em fevereiro e junho de 1987.

O movimento grevista dos funcionários e professores municipais de Belo Horizonte continuava ganhando mais adesões e a paralisação estava em torno de 70%. Durante a campanha de vacinação foi feito um abaixo-assinado com cerca de 20 mil assinaturas apoiando a greve. A primeira rodada de negociações entre os representantes dos grevistas e o prefeito iniciou-se dia 17.

Os grevistas reivindicam a implantação de um novo plano de cargos e salários. Eles pedem um piso salarial que varia de dois a nove salários mínimos, dependendo do nível de ensino. Os professores também reivindicam eleições diretas para diretor, redução da carga horária de trabalho e pagamento por habilitação. (da sucursal)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A chapa pretende democratizar a vida do sindicato

Operários põem em xeque ação da CUT em Niterói

Nos dias 15 e 16 de julho próximo ocorrerão as eleições para nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Niterói (RJ). Concorrem duas chapas. A de número um é encabeçada pelo atual presidente da entidade e tesoureiro-geral da CUT-nacional, Abdias José dos Santos. Já a chapa 2 - "Mudança e Democracia" - tem como presidente Adelino Carlos e como secretário-geral o operário Edson de Souza - importante liderança do estaleiro Mauá.

Entre o combativo operariado de Niterói a disputa eleitoral está bem definida. De um lado está a "chapa do Abdias" que representa a continuidade dos atuais equívocos da direção sindical. Do outro lado está a chapa oposicionista, com as mais destacadas lideranças da categoria. Da chapa 2 participam inclusive todos os integrantes da respeitada Comissão de Fábrica do Estaleiro Mauá, que reúne semanalmente mais de 500 operários para discutir os problemas da empresa e encaminhar as lutas da base. Esta empresa é tida atualmente como uma das mais organizadas do Rio de Janeiro. Nela se concentram mais de 50% dos votantes para a eleição metalúrgica.

DEMOCRACIA SINDICAL

Segundo Adelino Carlos, "um dos principais objetivos da nossa chapa é acabar com a prática da maioria da atual diretoria e abrir o sindicato para uma discussão mais ampla com toda a categoria". Para concretizar esta proposta, Adelino entende ser necessário "democratizar a diretoria e organizar os trabalhadores nas comissões de fábrica". Na opinião da chapa esta é a forma de se alcançar a tão almejada democracia da vida sindical.

Já Edson de Souza aponta como outros pontos do programa da chapa a luta pela conquista da estabilidade no emprego para todos os trabalhadores; contra o arrocho salarial; pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução do salário. Do ponto de vista mais geral, ele destaca a luta pela reforma agrária anti-latifundiária, contra o imperialismo e pelo não pagamento da dívida externa. Segundo ele, a chapa também pretende mobilizar intensamente os operários para garantir uma Constituinte democrática e progressista.

No entender desta jovem liderança sindical, este programa de trabalho só será concretizado com a mobilização permanente da categoria e com a democratização do sindicato. Para ele, "é preciso acabar com o personalismo e o autoritarismo cutista do Abdias, que não organiza o trabalhador na fábrica, não reúne a diretoria e ainda passa por cima das decisões das assembléias da categoria."

Edson cita como exemplo disto a recente campanha salarial dos metalúrgicos, quando Abdias insistiu em manter uma paralisação isolada, afirmando que preferia "perder tudo a sair da greve". Logo depois os próprios trabalhadores decidiram suspender o movimento grevista para garantir algumas conquistas em acordo firmado com o Sindicato das Indústrias Navais e com o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas (patronal). Mas mesmo assim, Abdias passou por cima da decisão da assembléia democrática dos operários e levou para dissídio o acordo firmado. "Neste julgamento os companheiros perderam várias conquistas", comenta Edson.

(da sucursal)

Como se organizam mesmo as mulheres segundo a CGT?

No dia 14 de junho, sábado, a coordenação nacional que preparou o I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora reuniu-se para debater a estruturação do departamento feminino da CGT. O acontecimento, de importância histórica e política para o movimento de mulheres, o movimento sindical e o movimento popular como um todo não teve o peso que merecia.

Por uma situação conjuntural, havia hegemonia de sindicalistas ligadas ao MR-8. E ao invés de discutirem os critérios para a instalação do Departamento Nacional da Mulher Trabalhadora elas preferiram, com miopia política característica desta corrente política, garantir sua hegemonia também no departamento. O que, aliás, não reflete a correlação de forças existentes na coordenação nacional nem tampouco na CGT.

Ao final de um dia inteiro de discussão foi eleita uma comissão de nove membros, liderada pela diretora do Sindicato dos Telefônicos de São Paulo e membro da direção nacional da CGT, Gonçala Aparecida Cruvinel.

Em resumo, foi eleita na prática uma nova coordenação, apenas um pouco menor. Sem agilidade suficiente para cumprir sua função de contribuir para a criação de departamentos femininos e para a eleição de mulheres para as CGTs estaduais, sempre visando incorporar as trabalhadoras à luta sindical.

O documento aprovado reafirmou todas as decisões políticas do Congresso da CGT e resoluções como a de lutar contra a discriminação da mulher no trabalho e no sindicato. Resta ver se a comissão eleita sob pressão terá condições de levar estas decisões à prática.

LUTA ÁRDUA

A discussão sobre a estruturação do departamento feminino na nova central sindical já surgiu no histórico Congresso de Reconstrução da CGT em Praia Grande. Apesar da manifestação de opiniões em contrário, o Congresso decidiu por ampla maioria criar o departamento. Esta decisão foi reforçada com a realização do I Congresso da Mulher Trabalhadora, em janeiro deste ano. As três mil mulheres presentes mostraram, na prática, que os sindicatos precisavam abrir suas portas à participação feminina. Agora o departamento corre o risco de não cumprir seu papel, sendo na verdade uma verdadeira geléia geral, apenas para fazer uma composição política que garanta a hegemonia do MR-8.

Greve na Villares estimula metalúrgicos de São Paulo

A greve dos 4 mil operários da Villares, iniciada no último dia 11, está repercutindo intensamente na base metalúrgica de São Paulo. Os trabalhadores reivindicam aumento imediato de salário, colocando em xeque as medidas de arrocho salarial contidas no pacote econômico do governo. E isto tem gerado grande simpatia da categoria.

Foto: Paulo Torraca

Villares totalmente vazia; os operários ficam no pátio para participar das assembléias

A mobilização dos funcionários da Villares, uma das maiores empresas da capital paulista, vem desde o início do ano. Na época eles lutavam pela equiparação salarial e por melhorias no atendimento médico. Com o impacto do programa de estabilização econômica do governo Sarney, houve um certo refluxo na luta. Mas, pouco depois, com o vertiginoso crescimento da produção e dos lucros da empresa, a mobilização esquentou e os operários passaram a exigir também o aumento real de 20%.

No dia da eclosão da greve, a adesão foi total. Não precisou nem de piquete. Os trabalhadores entraram na fábrica, bateram o ponto, vestiram o uniforme, tomaram o café da manhã e foram para o pátio participar da assembléia promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos - que tem estado à frente de toda a movimentação.

CUT CONTRA A GREVE

Os únicos que se colocaram contra a deflagração do movimento grevista foram os poucos simpatizantes da central petista na fábrica. A CUT também tentou interferir na mobilização, contrapondo-se à orientação do sindicato. No dia da assembléia decisiva os cutistas estiveram na porta da empresa com seus aparelhos de som e falaram contra a greve. Mas foram duramente rejeitados pelos metalúrgicos, inclusive vaiados.

O argumento defensista e capitulacionista dos membros da CUT é que não havia organização para a greve, que os operários ainda estavam contaminados pelo pacote do governo. Mas os trabalhadores mostraram o contrário, paralisando totalmente a indústria.

EXPLORAÇÃO FEROZ

Nesta empresa, que se gaba de ser uma das melhores do setor, a revolta dos operários é grande. Atualmente a Villares paga bem abaixo da média do mercado de trabalho. Segundo pesquisa do sindicato, a defasagem salarial chega a 50% em comparação com outras firmas. Além disso, a Villares possui um sistema de faixas salariais bastante arbitrária e injusta, subdividindo os operários e estimulando a concorrência.

Outro grave problema da empresa é o atendimento médico. Para obrigar os operários a produzir, mesmo em condições de saúde anormais, a empresa se recusa a prestar atendimento imediato. Até para ir aos hospitais conveniados, o trabalhador deve antes passar pelo ambulatório interno. E este demora até um mês para permitir uma consulta.

E com base nestas técnicas de exploração, e também da intensidade de horas-extras obrigatórias, que a Villares aumenta em muito a produtividade para atender a demanda do mercado - que com o pacote econômico sofreu leve crescimento. Mas apesar dos altos lucros, a empresa se nega até agora a atender as justas reivindicações dos trabalhadores.

GRANDE REPERCUSSÃO

No entanto, se a greve da Villares ainda não resultou em vitórias concretas (até o fechamento dessa edição se encontrava no impasse), ela já produziu outros importantes efeitos. Na Zona Sul, região da capital paulista com maior concentração operária, ela repercutiu fundo. Estimulou os trabalhadores das demais fábricas a lutarem por aumento real de salários e enfrentarem as restrições do pacote econômico.

No mesmo dia 11 também parou a Monark - a segunda empresa mais importante da área com 3.500 funcionários. Com apenas seis horas de greve, os metalúrgicos conquistaram aumentos de até 15%. Também cruzaram os braços os mil funcionários da Meridional por quatro horas, conseguindo arrancar um aumento real de 60% para a maioria dos trabalhadores. Já em outras empresas, os patrões, prevendo a possibilidade da greve, anteciparam-se e concederam antecipações - como no caso da Metal Leve e da Carbono Lorena.

Uma previsão equivocada

As previsões do dirigente máximo do PT mais uma vez se mostram equivocadas - o que indica que o partido não está afinado com a realidade. Recentemente Lula afirmou que "o pacote econômico congelou as lutas dos trabalhadores". Mas os fatos das últimas semanas o desmente.

Prova disto são as constantes greves operárias, particularmente as que atingem os metalúrgicos da capital paulista. Segundo levantamento do sindicato da categoria, até o último dia 17 já haviam eclodido 67 greves no ano, envolvendo cerca de 35 mil operários. E os dirigentes desta entidade garantem que a onda grevista vai se alastrar ainda mais.

Isto comprova que os trabalhadores souberam analisar corretamente o programa de estabilização econômica do governo Sarney. Ao mesmo tempo que aplaudiram o congelamento dos preços, e inclusive participaram de brigadas de fiscalização, os assalariados discordaram das medidas de congelamento dos salários contidos no pacote.

Além disso, os trabalhadores mostraram também que sabem qual o momento certo para deflagrar uma greve. Com o pacote houve crescimento da economia. As empresas, ao invés de contrararem novos funcionários, obrigaram o aumento da produtividade, das horas-extras. Sentindo o aumento da carga de trabalho e vendo o crescimento do lucro dos patrões, os operários param com mais segurança e firmeza.

Operários da Fiat continuam a luta

A fábrica de automóveis Fiat, multinacional italiana, não abre mão de seus projetos de explorar os trabalhadores brasileiros. Seja desafiando a legislação trabalhista, seja perseguindo sindicalistas. Ao arrepio da lei, sete diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, funcionários da empresa italiana, estão suspensos do trabalho e proibidos de entrar na fábrica. Eugênio, Costa, Alvimar, Zé Rodrigues, Ubaldo, Raimundo Eustáquio e Moisés de Paula estão sendo "castigados" por causa da paralisação parcial da Fiat no dia 5 de junho...

"Isso é uma aberração, tanto que somos trabalhadores da indústria, como, e principalmente, porque é uma atitude arbitrária e prepotente da Fiat contra o sindicato", diz Eugênio. "O problema não é só dos operários da Fiat, de Betim, mas um ataque à liberdade sindical em todo o país", completa Alvimar.

O sindicato encaminhou a situação ao delegado regional do Trabalho, Paulo Lott, que disse que há interesse do governo estadual em resolver a situação. Mas mesmo após isto, a Fiat manteve as suspensões e ainda ameaçou processar os sete sindicalistas.

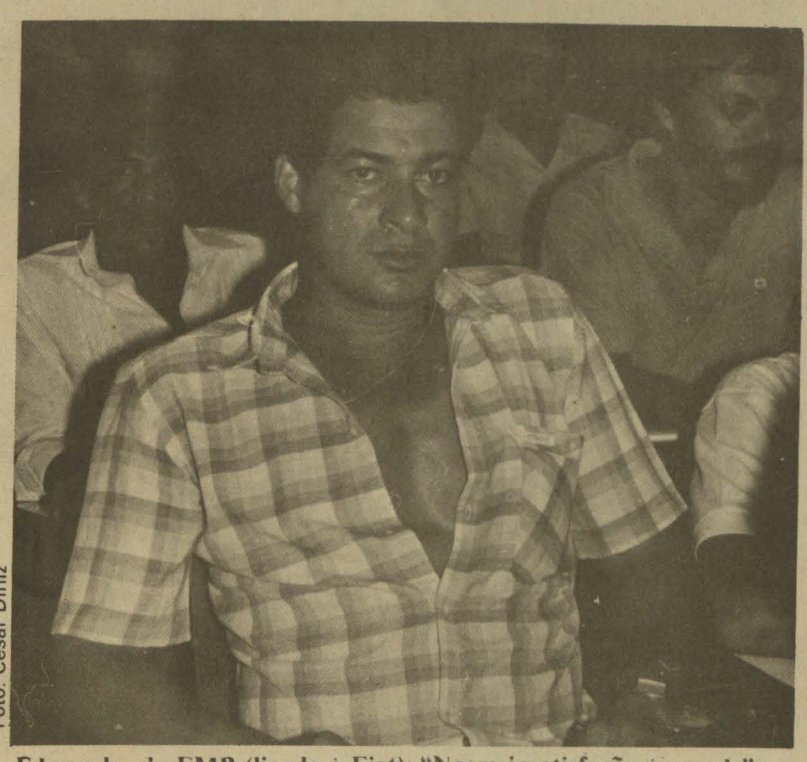


Foto: César Diniz

Edmundo, da FMB (ligada à Fiat): "Nossa insatisfação é grande"

A CGT e a CUT se comprometeram a dar todo o apoio aos sindicalistas perseguidos pela múlti italiana. A nível nacional se inicia um movimento de solidariedade, com os sindicatos telegrafando ao ministro do Trabalho, exigindo medidas contra as punições.

GREVE NA FMB

Já em outra empresa ligada à Fiat, a Fundição de Motores do Brasil (FMB), os operários estão fazendo operação tartaruga desde o dia 12, e no próximo dia 25 farão uma assembléia geral com a provável deflagração de greve com o cumprimento de todas as exigências legais. A empresa emprega cerca de 1500 funcionários, e uma de suas principais seções é a ferramentaria, que emprega operários especializados.

Mas os salários não têm nada de especial. "Tem gente que trabalha há nove anos nessa seção sem nunca ter tido nenhum aumento", diz Edmundo, operário da ferramentaria e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim. "Nossa insatisfação é muito grande. Há aqui enormes diferenças salariais, com companheiros recebendo metade e até menos de 1/3 do salário de outros que exercem a mesma função", denunciou ele;

No dia 30 de maio os operários pararam a oficina, para discutir a situação e definir suas reivindicações: três faixas salariais para cada ramo, ao contrário do esquema atual com várias faixas. Além disso, a empresa não paga insalubridade - a não ser quando o operário demitido entra com ação na Justiça reivindicando-a. E os metalúrgicos vão entrar com um processo conjunto na Justiça do Trabalho, exigindo o pagamento desse direito.

(da sucursal)

CPM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Lavradores maranhenses têm dossiê de candidatos

Nós, lavradores de Ibacá, município de Viana, estamos escrevendo esta carta para você ler com os companheiros, refletir e debater com eles.

O candidato a deputado federal Dr. Antônio Gaspar, filho de Viana, mora em São Luís, onde possui um laboratório de análises clínicas, é professor da Universidade e sócio da empresa Auvepar. Aqui em Viana, onde passa os fins de semana, ele é fazendeiro e latifundiário. Tem uma área de terra chamada São João, quase sem nenhum benefício. Essa terra vinha sendo ocupada o trabalhada por 36 famílias de agricultores. No início dos anos 70, Dr. Antônio Gaspar não quis mais que os lavradores continuassem na terra. Os agricultores recorreram às autoridades mas nada conseguiram diante do poder do fazendeiro. A cerca do Dr. cada dia se estendia mais.

Vendo que suas roças iam ser cercadas pelo arame e depois devoradas pelos bois do candidato, os lavradores decidiram cortar alguns mourões. Aí o Dr. mandou prender os lavradores altas horas da noite. Depois enquadrou todos eles na LSN e mandou enviá-los para Pedrinhas. Algumas famílias se espalharam por aí. As que ficaram na área têm que andar léguas para fazer suas lavouras.

Na sua propaganda o candidato diz que defende o homem do campo e a reforma agrária. E ainda diz: "Renovar é preciso". Perguntamos: Renovar o que? Expulsar ou prender lavradores?

No entanto, para conseguir votos ele está fazendo algo que nunca fez: abriu seu laboratório para o eleitor fazer exames.

Assim como esse doutor, muitos outros candidatos têm o mesmo comportamento. Todos eles sabem que dos quatro milhões de maranhenses cerca de três milhões são lavradores e suas famílias. E eles tentam engabelá-los para se elegerem. Depois de eleitos vão defender é os interesses de sua classe - a classe dos fazendeiros e latifundiários. E nós continuamos sem direitos e sofrendo...

Queremos fazer uma proposta aqui: vamos, companheiros agricultores! Vamos fazer em cada município um levantamento dos fazendeiros e latifundiários que são candidatos a senador, deputado federal e deputado estadual. Aí enviamos os nomes e todas as informações que temos sobre eles para todos os outros municípios do Maranhão, como estamos fazendo agora com o candidato Antônio Gaspar. Assim vamos reconhecer os nossos verdadeiros inimigos, os inimigos dos homens do campo.

Cuidado, companheiros! Vamos acordar agora. Não vamos engordar cobra para nos engolir depois. **(Raimundo Ferreira, Joaquim C. Santos, Domingos P. Cutcim. Nosso endereço: STR - Rua 1º de Janeiro, 267, CEP 65000, Viana, Maranhão)**

Carta de lavradores de Viana, no Maranhão, traz uma interessante proposta de um verdadeiro dossiê dos candidatos representantes dos fazendeiros e grileiros. Dessa forma, não comerão gato por lebre, votando em quem fala bem mas na prática é inimigo jurado da reforma agrária e dos direitos do homem no campo.

O exemplo merece ser seguido. Particularmente num momento em que o campo brasileiro é um veradeiro caldeirão de água fervente. Saber quem é quem poderá orientar os trabalhadores rurais a escolherem os verdadeiros defensores dos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro para representá-los na Assembléia Constituinte. *(Olívia Rangel)*

Sistema de transportes é criticado por moradores

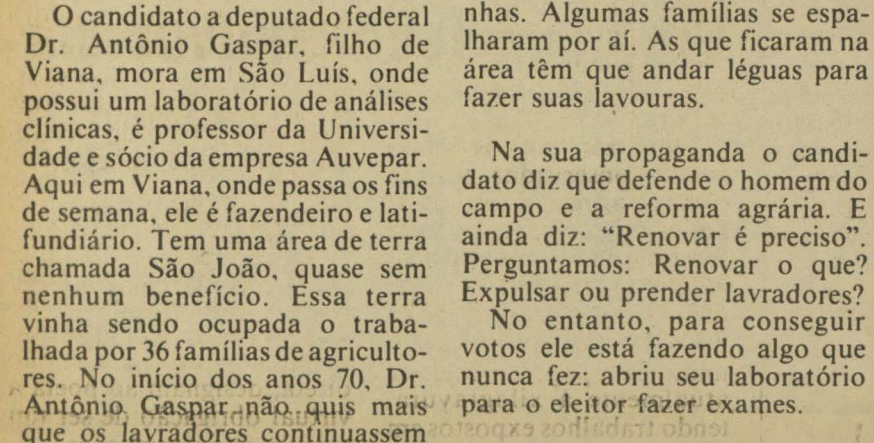
No dia 10 de junho a Associação de Moradores da Comunidade de Ouro Preto em Olinda, Pernambuco, realizou uma assembléia extraordinária para tratar do problema do transporte coletivo em nosso bairro, explorado pela Auto Expresso Oliveria Ltda. e pela empresa Napóles. Ambas de há muito vêm descumprindo suas obrigações contratuais com a empresa que controla o serviço de transportes coletivos na área metropolitana de Recife, a EMTU. Esta foi criada pelo governo estadual, mas só existe para aumentar as tarifas quando os empresários solicitam.

O presidente iniciou a assembléia extraordinária relembrando as atividades da Associação, desde a luta contra o famigerado decreto-lei 2045 do ditador Figueiredo, a participação na luta pelas diretas, o apoio ao candidato único das oposições, Tancredo Neves, o apoio à reforma agrária. Relembrou ainda uma assembléia para discutir a contaminação da água fornecida para a população pela Compesa (empresa do governo). Realizamos análises da água em diversos laboratórios, sempre com os mesmos resultados. Com a mobilização popular e um relatório enviado ao presidente Sarney, a Secretaria de Saúde de Pernambuco começou a tomar as devidas providências para o caso.

A assembléia extraordinária começou a ficar tensa quando os representantes da EMTU, Auto Expresso Oliveira e Empresa Napóles tentavam controlar o ânimo dos moradores que exigiam aumento da frota, mais respeito ao usuário no que diz respeito à preservação dos veículos, que trafegam sujos e sem condições de segurança; implantação de abrigos nas paradas; retirada da segunda catraca (colocada na porta de embarque); instituição de ônibus opcionais, bem como linhas transversais ligando o bairro de Ouro Preto à Cidade Universitária e à Universidade Rural e passagem seccionada.

Esteve presente na reunião o deputado Luciano Siqueira, candidato à Constituinte. Ele salientou que a revolta do povo é justa, que transporte, saúde e educação são responsabilidades do governo.

A EMTU declarou que algumas reivindicações seriam atendidas, dependendo da demanda. Os participantes decidiram organizar melhor sua luta, fazendo uma pauta de reivindicações e preparando uma nova assembléia. O representante da prefeitura de Olinda colocou a Assessoria Técnica da Seplan a serviço da Associação de Moradores. **(Associação de Moradores de Ouro Preto - Olinda, Pernambuco)**



Exército manda PF "qualificar" comunista

No dia 13 de junho, sexta-feira, 9 hs da manhã, bateu em minha casa um agente da Polícia Federal. Ele mostrou sua credencial e pediu para falar com dona Tânia.

Surpresa com a "visita", perguntei o que ele desejava. Ele afirmou ter sido enviado pelo delegado Antônio São Leandro Filho. O agente federal disse ainda que tinha ido ali fazer minha "qualificação".

Perguntei o motivo, se tinha cometido algum crime. O agente disse não saber de nada e disse ainda que o delegado também não deveria saber de nada, já que a carta tinha vindo de Brasília, com carimbo de confidencial. Pude ver a carta, do Ministério do Exército, que dizia: "Solicito que entregue a este agente credenciado sua qualificação (CIC, título de eleitor, filiação, data de nascimento, foto e endereço do emprego). Além da minha, a carta exigia também a qualificação de João Matiano e Geraldo, residentes em Ribeirão Preto.

Os nomes de João Mariano e Geraldo estavam riscados com cruzes vermelhas, segundo ele "provavelmente porque outro agente já teria conseguido a qualificação". Ele agregou que tinha passado nos cartórios de Sorocaba e como não conseguiu meus dados me procurou diretamente em casa".

Telefonei para o delegado Antônio São Leandro Filho e perguntei se era suspeita de algum crime. Ele também afirmou que não sabia e que ele próprio não poderia perguntar, já que a carta tinha vindo do Ministério do Exército, em Brasília".

Acho um absurdo que o Exército fique investigando a vida de pessoas que nunca cometeram crime nenhum. Ou será que lutar pela reforma agrária é crime? Eu acho que o Exército deveria estar cuidando era de defender as fronteiras do Brasil e não se metendo em política, nem bisbilhotando a vida de quem quer unir o povo para melhorar o nosso Brasil.

(Tânia Andrade, membro do Diretório Municipal do PC do B em Sorocaba - São Paulo)

Veja a vida

Toma um rumo, rompe o
medo da vida,
afinal a fome, não é também
morte?

Rompe o mundo, veja a vida.
Rompe com o velho,
Conquista o novo, a vida.
Questiona tudo, o destino...

Deus, a própria sorte.
Arranca da garganta a
corrente
que amordaça a voz.

Do profundo do peito
retira o grito,

Ouça liberdade que clama,
Responde a morte,
acata a lei da vida...
Só vive o forte.

Responde a ele ainda que lhe
custe,
a própria sorte...
de viver, afinal o que é vida?

E a miséria, não é também
morte?

Tamanha confusão, pra
enganar...

Caridade, opressão, vaidade,
cristão, violência, amor,
heroi,
tortura e paz,
química perfeita,
receita dos opressores pra
enganar.

Vai, ergue a bandeira,
empunhe a espada, rompe
com o velho,
alcança o novo.

Liberdade aqui agora, sem
tardar...

Independência é vida,
Não diga que é morte.

(José Carlos Severino - Pernambuco)

Grêmio Livre toma posse no maior colégio de Joinville

No dia 13 de junho foi realizada uma cerimônia de posse da diretoria do Grêmio Livre Estudantil Edson Luiz, do Conjunto Educacional Governador Celso Ramos, o maior colégio de Joinville, Santa Catarina, e o terceiro maior do Estado, com 2.300 alunos.

Na cerimônia de posse estiveram presentes cerca de 150 alunos além dos 17 membros da diretoria. Prestigiaram o evento o deputado estadual do PMDB João Norberto Neto, o representante do PC do B Gelson Oliveira, a presidenta da Associação de Professores de Joinville, Viviane Schumaker, o dirigente sindical Francisco Marques, a diretora eleita Verônica Rodrigues e o representante da União da Juventude Socialista, entre outros.

O deputado Coelho Neto ressaltou a necessidade "da união da juventude em torno do direito do voto aos 16 anos". O representante do PC do B reafirmou a importância da luta pelos grêmios livres e relembrou a resistência dos estudantes secundaristas no período negro da ditadura militar. O representante da UJS saudou a juventude destacando as bandeiras da entidade.

O Centro Cívico, encabeçado pela combativa líder estudantil Sílvia Giese, fez um excelente trabalho de organização, que levou os alunos a conquistarem diversas reivindicações.

A diretoria eleita da nossa entidade reafirmou o compromisso de avançar na luta dos estudantes e dar continuidade ao excelente trabalho da antiga gestão. A reconstrução das entidades dos secundaristas a nível municipal e estadual é uma das principais metas desta gestão, juntamente com o fortalecimento desta entidade. "Somente assim - afirma Sílvia, diretora do Grêmio Livre, teremos uma escola democrática, científica e progressista". **(Gelson Oliveira - Joinville, Santa Catarina)**

Professores de Roraima fazem seminário em Boa Vista

A Associação dos Professores de Roraima - APAIMA - realizou juntamente com a Confederação de Professores do Brasil - CPB, o I Seminário de Lideranças do Magisterio em Boa Vista, nos dias 31 de maio, 1º e 2 de junho. O seminário visou capacitar e despertar novas lideranças no movimento dos professores de Roraima.

Participaram 60 delegados, eleitos em assembléias gerais da entidade. O seminário foi dividido em três pontos básicos: política nacional, política educacional e política sindical.

O professor Edmilson Rodrigues, vice-presidente da região Norte I da CPB foi convidado a falar sobre política nacional. Na questão educacional o convidado foi o professor Tomaz Wonghan, do Rio Grande do Sul, secretário geral da CPB. E sobre política sindical falou a professora Arminda Dieriths, secretaria geral da CGT no Estado do Amazonas.

Foram três dias de debates, estudos em grupo e discussão em plenária. Várias questões foram discutidas, como: pacote econômico, reforma agrária, Constituinte, ensino público e gratuito, eleições diretas para diretores, grêmios livres, questão salarial, movimento sindical brasileiro e centrais sindicais.

Os profesores concluíram o seminário se posicionando pela ampliação do debate em torno de uma Constituinte democrática e progressista, da reforma agrária antilatifundiária, contra a divisão do movimento sindical, pela undiade do movimento popular e apoio aos grêmios livres. **(Tribuneiros de Boa Vista, Roraima)**

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Brasil com coração na mão e olho na Copa

O país se paralisa nos dias de jogo de nossa seleção na Copa do México. Durante 90 minutos, as avenidas ficam desertas, as chaminés interrompem o seu incansável sopro de fumaça, os coletivos circulam vazios e pelas portas do comércio transitam apenas moscas e poeira. Como em nenhuma outra parte do mundo um esporte é capaz, no nosso país o futebol apaixona e enfeita mais do que eleição, mais do que Plano Cruzado e mais do que carnaval.

A paixão nacional pelo futebol é antiga. É devido a ela que o Brasil é o único país que participou de todas as Copas, desde a primeira, disputada em 1930, no Uruguai. Também por força dela, no Rio de Janeiro foi construído em 1950 o Maracanã, até hoje o maior estádio do mundo, com capacidade para 200 mil torcedores.

O futebol sofreu muitas crises e muitas transformações desde o início dos anos 70. A violenta e descontrolada urbanização da vida econômica do país, aliada ao flagelo social imposto pela ditadura ao povo brasileiro, modificaram o ritmo de vida e os costumes da população. Os campos da várzea e os terrenos baldios, onde se praticavam as descontraídas peladas, foram ocupados pela especulação imobiliária e pela sofrida parcela da população empurrada para as favelas. A política brutal de arrocho salarial e desemprego subtraíram o modesto lazer do povo pobre, que abandonou os rachas de fim de semana para ganhar um extra marretando bugigangas em porta de cinema e nos cruzamentos do trânsito.

Nos estádios, pelo mesmo motivo da opressão econômica, a presença do público diminuiu. O preço do ingresso deixou de integrar o orçamento do trabalhador. Tanto é assim, que o recorde de público do Maracanã é de 1969, no jogo Brasil x Paraguai, pelas eliminatórias da Copa de 70. E o maior clássico do futebol paulista, Palmeira e Corínthians, teve o seu maior público em 1966, com 73 mil torcedores. Os campeonatos, assim, ficaram piores a cada temporada. Pela ausência de craques, que a várzea produzia antes em grande quantidade, e pela ausência da bilheteria, que arruinou as finanças dos clubes.

A mobilização da torcida com a seleção, em contrapartida, atingiu limites inacreditáveis neste mesmo período. Na Copa deste ano, como já ocorrera em 82, o país entrou literalmente num esquema de prontidão nacional. Para os dias em que a nossa seleção joga os bancos e repartições públicas encerram o expediente mais cedo. Nas indústrias os trabalhadores compensam durante o resto da semana a folga para assistir as partidas do Brasil ou interrompem o trabalho para acompanhá-las dentro das próprias empresas. As aulas são suspensas e os bares ficam vazios. A tabela da Copa é o calendário do país e o horário dos jogos a sua hora oficial.

A televisão é o principal responsável por essa febre exagerada de paixão pela seleção. Foi a partir da Copa de 70, a primeira com transmissão direta pela TV, que o surto começou. A televisão, Rede Globo à frente, faz um esforço monstruoso na convocação da torcida, bombardeando-a com marchinhas e apelos cívicos ("...vai lá Brasil, povo guerreiro, mensageiro da esperança"), desde seis meses antes do início do torneio. Organiza coberturas milionárias e tão densas de passionalismo que 1x0 é festejado no vídeo como goleada. Mas essa é outra história, que só interessa aos donos da TV, embriagados com os milhões de dólares recebidos pelo patrocínio publicitário das transmissões.

O povo festeja as vitórias como sempre festejou, de maneira humilde, mas muito calorosa, nos botequins dos morros, nas rodas de samba e nas mesas de bar. Nada a ver com os barulhentos desfiles de automóveis e loiras rebolando em cima das capotas, que fazem a alegria dos jornais da TV. O futebol é um dos raros motivos que traz ao povo a proximidade do sucesso. Se o futebol é vitorioso, ele também se sente vencedor. E nas derrotas da Seleção o desapontamento e a tristeza ferem o torcedor como num fracasso pessoal. O título representa para ele a afirmação de uma qualidade da sua cultura e fica sendo patrimônio popular. E além de tudo, torcendo pela TV, festejando nas ruas, o povo participa na medida do que se espera dele e na medida do que ele próprio deseja. Uma coincidência de felicidades que dificilmente acontece em algum outro aspecto da sua vida. **(Jessé Madureira)**

LIVROS — REVISTAS — POSTERS — POSTAIS — DISCOS — CAMISETAS — EXPOSIÇÕES
Livros em 3 vezes sem acréscimo
ARTE PAU-BRASIL
ESPAÇO ALTERNATIVO
RUA VERGUEIRO, 923 · PARAÍSO · SP
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)
Fone: 279-0147 · CEP 01504
SEG. À SÁB., 10 ÀS 23 HS.
DOM. 16 ÀS 23 HS.

Literatura de cordel, mais que poesia de rua

"O Cordel é jornal que o povo aprendeu a ler os fatos mais importantes e estórias prá se escolher. Tudo vem feito em versos bem rimados podes crer". (Jotabarros).

E você, sabe quem são os cordelistas brasileiros? O que eles fazem e como vivem? E a literatura de cordel, o que é?

A Literatura de Cordel teve sua origem na cultura ibérica. Os colonizadores que aqui fixaram-se trouxeram este veículo de suas terras; porém foi no Nordeste brasileiro, a princípio na Paraíba e mais intensamente em Pernambuco, que o cordel criou suas raízes.

Difundida pelos poetas repentistas, através de suas histórias cantadas, ele tornou-se a própria base da cultura brasileira, que sempre teve como tradição a cultura oral: mais fácil de ser memorizada e divulgada. Com as cantorias rimadas dos poetas populares, o povo formou-se e informou-se.

Entretanto, com a freqüente migração dos nordestinos para os grandes centros urbanos, este tipo de manifestação deixou de ser caracterizado como poesia popular nordestina, para tornar-se a Poesia Popular Brasileira. Foi adotada do Oiapoque ao Chuí, onde o homem do povo imprimiu suas produções do jeito que ele as entendia.

PESQUISADORES DE CORDEL

Característica folclórica brasileria, ele é estudado por muitos pesquisadores. Destaca-se entre os ilustres mestres o professor e jornalista Joseph M. Luyten, que segundo Téo Macedo e outros cordelistas, contribuiu consideravelmente para a divulgação e reconhecimento dos artistas brasileiros, que trabalham a palavra como uma arma de alegria e tristeza, denúncia e fantasia do povo.

Atualmente o prof. Joseph, como é conhecido entre os cordelistas, encontra-se no Japão, na Universidade de Tókio, comprometido com todo e qualquer tipo de manifestação popular.

Outro importante estudioso da literatura de cordel é o baiano Franklin Maxado, mais conhecido em S. Paulo, que abandonou Direito e Jornalismo para dedicar-se inteiramente ao estudo e à arte da literatura de cordel. Seus trabalhos são caracterizados pela inovação que tenta imprimir na literatura popular, tendo inclusive feito um poema dentro do projeto ortográfico-fonético para a Língua Portuguesa: "Kosmo, o Sobrevivente do Paraízo Atlantiko". Tem várias publicações, entre elas "O Cordel Televivo", um estudo aprofundado das transformações ocorridas na sociedade e os seus reflexos marcantes na literatura de cordel, como a evolução dos meios de comunicação, o fim das feiras e mercados populares e outros fatores decisivos para direcionar o futuro dessa forma de expressão literária. Amado por uns e odiado por outros, este repentista baiano corre o Brasil apertando a mão de quase todos os poetas folheteiros e gravadores.

Raymond Cantel outro pesquisador e incentivador dos repentistas, preocupa-se em manter coesa a luta pelo espaço de trabalho e, esforça-se em preservar esta Literatura Nacional.

REPENTISTAS POPULARES

O mundo dos poetas é repleto de encantos e verdades. Às vezes não é possível torná-los públicos, como por exemplo em São Paulo, onde o atual prefeito não permite que os poetas populares cantem seus trabalhos, somente um espaço foi-lhes concedido na Feira Popular de domingo na Praça da República; ponto de encontro de muitos batalhadores, como o pernambucano Jotabarros, que expõe suas xilogravuras (ilustração do cordel) e folhetins de cordel.

Jotabarros veio para São Paulo no final de 73, e mostra-se decepcionado com os rumos que os Folhetos e Romances (como são conhecidos em sua terra) tomaram, considerando uma descaracterização da arte popular o fato de ser editada e muitas vezes corrigida por "empresários da cultura".

Tido por muitos como poeta conservador pertencente à antiga geração, ele limita-se a responder com sorriso irônico - "Meu trabalho segue a métrica peculiar a este tipo de poesia, e eu só puxo o saco quando sou muito bem pago". Dedica-se atualmente à xilogravura, tendo trabalhos expostos em diversos países; porém reside em S. Miguel - SP, numa simples moradia que ele próprio está reformando. Entre uma viagem e outra a convite, Jota ironiza sua situação dizendo que às vezes até sentiu-se "como gente".

ARPEB - A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR

Em 83, Téo Macedo fundou, com a ajuda do Dr. Macedo e sr. Camilo, a Associação dos Repentistas, Poetas e Escritores - ARPEB. A sede localiza-se no quintal de sua casa no Jardim Colonial em São Mateus.

Atualmente Téo divide seu tempo entre a literatura de cordel e visitas constantes a políticos ou pessoas influentes para que se crie um projeto de lei tornando obrigatório o estudo de literatura de cordel dentro da Língua Portuguesa.

A sede é mantida com a ajuda de outros poetas, sem nenhuma verba do Estado, pois para isso precisaria ser reconhecida como "utilidade pública".

Rodolfo Cavalcante é considerado uma das expressões máximas da litaratura de cordel, escreveu acima de 1500 poemas e um deles vendeu cerca de um milhão de exemplares, foi a obra "A moça que bateu na mãe e virou cachorra".

É um dos maiores líderes de sua classe. Organizou diversos congressos de poetas populares, sendo o primeiro realizado em 1955. Fundou vários jornais que divulgam a poesia popular e é também o presidente da Ordem Nacional dos Cantadores e Poetas de Cordel.

Está sempre viajando e divulgando a literatura de cordel, enfrenta todos para defender a poesia que acredita que nunca morrerá. Através de seu trabalho árduo conseguiu transformar a cidade de Salvador, em poucos anos, num dos maiores centros de produção e venda de folhetos.

POESIA POLÍTICA

Muitos poetas que vêem na palavra a força da denúncia, um modo fácil de acesso ao público sem a agressão direta, designam ao poeta a virtual obrigação de ser um veículo de informações.

Não somente praticado por pessoas populares mas também por indivíduos egressos da faculdade, um lugar que muitas vezes é o principal divulgador e incentivador da literatura popular promovendo debates com poetas populares.

Seguindo linhas de denúncias sociais ou fantasias folclóricas, os poetas direcionam seu trabalho para atingir o público em suas diversas temáticas.

O primeiro encontro estadual de poetas e repentistas está sendo organizado pela Associação dos Repentistas, Poetas e Escritores Brasileiros. Este encontro será realizado entre os dias 8 e 10 de Agosto no Teatro Mazzaropi - R. Visconde de Parnaíba, 2437 - SP - onde será apresentado um panorama atual da Literatura de Cordel e serão promovidos debates para os próximos rumos dos cordelistas de São Paulo. **(Caroline Silva Guarato)**

Marcelo Soares

Literatura de Cordel
O Prenúncio do Fim?

Linóleogravura de Marcelo Soares

Araguaia meu Brasil

O cantor e compositor Itamar Correia apresenta na sala Guiomar Novaes, da Funarte, o *show* *Araguaia Meu Brasil*. Itamar interpretará músicas já conhecidas do público que o acompanha, como Xambioá, Capim Cheiroso, Araguaia Meu Amor, Rio, Ilha do Bananal, Cantiga Boa, etc. Junto com ele, uma banda formada na região do Araguaia. A Funarte fica na Alameda Nothmann, 1058, Campos Elísios. Preço único Cz$ 15,00.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Telex: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. **Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.
Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060.
Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. **Salvador:** Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. **Igustú:** Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. **Campina Grande:** Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000. **Londrina:** Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. **Recife:** Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. **Canoas:** Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. **Caxias do Sul:** Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. **Santa Maria:** Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. **Rio Grande:** Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. **Ijuí:** Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s 23, 2º andar.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçú:** Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Campinas:** Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. **Osasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. **Guarulhos:** Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito, *Litarte Fotolitos Ltda.* Fone: 279-3646. Impressão Cia Jorues. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

X Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)	□ Cz$	260,00
Anual popular (52 edições)	□ Cz$	130,00
Semestral (26 edições)	□ Cz$	130 00
Semestral popular (26 edições)	□ Cz$	65,00
Trimestral (13 edições)	□ Cz$	33,00
Anual para o exterior (dólares)	□ US$	70

Nome: .....
.....
Endereço: .....
.....
Bairro: .....
Cidade: ..... CEP: .....
Estado: .....
Profissão: .....
Data: .....

Endereçe a carta com seu pedido de assinatura e pagamento para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318

CDM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Dossiê do crime em Imperatriz

O deputado estadual maranhense Luís Pedro (PMDB) elaborou, assinou embaixo e entregou em mãos do presidente Sarney (veja o quadro), dia 14, um dossiê relatando os métodos e os nomes de chefes das quadrilhas de jagunços e criminosos que implataram o terror em Imperatriz. São citados o fazendeiro José Ribamar Bonfim e o deputado do PDS Davi Alves Silva.

O documento está na mão de Sarney

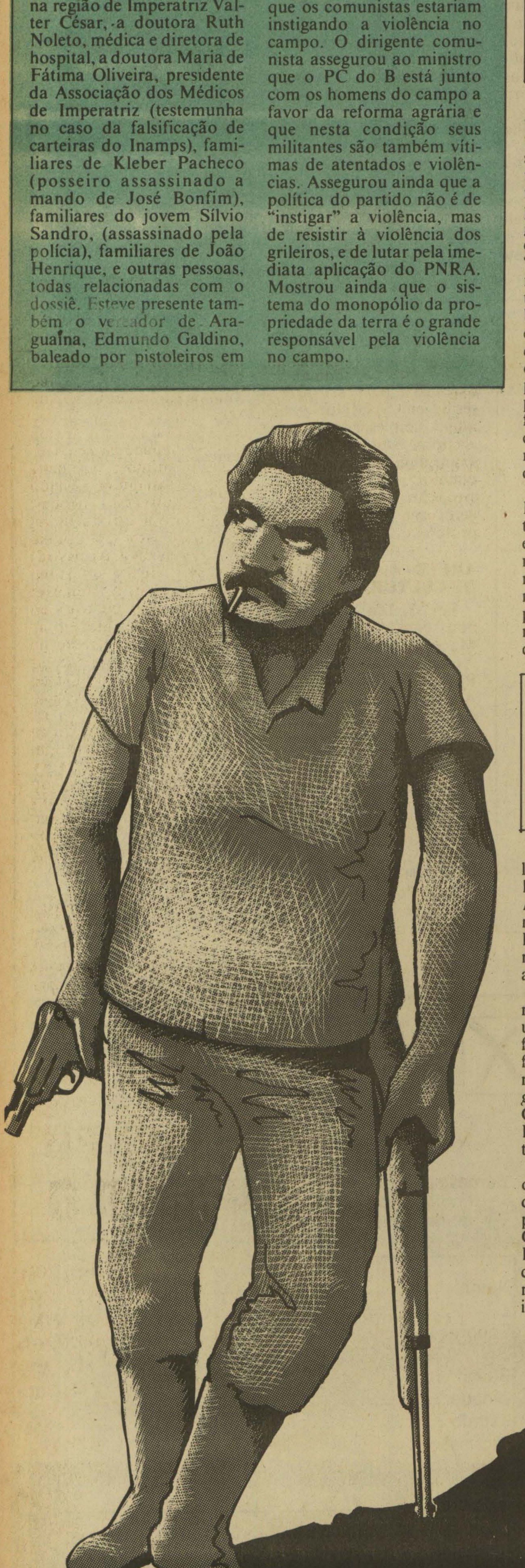
O dossiê sobre a violência em Imperatriz foi entregue pessoalmente ao presidente José Sarney, durante a audiência que este concedeu, naquela cidade, ao deputado estadual Luís Pedro e mais 20 pessoas, inclusive familiares de vítimas da chamada "Máfia do Tocantins".

Além do deputado Luís Pedro, participaram da comitiva o dirigente nacional do PC do B, Rogério Lustosa, o dirigente regional do Maranhão Dilermano Toni, o candidato a deputado estadual pelo PC do B na região de Imperatriz Valter César, a doutora Ruth Noleto, médica e diretora de hospital, a doutora Maria de Fátima Oliveira, presidente da Associação dos Médicos de Imperatriz (testemunha no caso da falsificação de carteiras do Inamps), familiares de Kleber Pacheco (posseiro assassinado a mando de José Bonfim), familiares do jovem Sílvio Sandro, (assassinado pela polícia), familiares de João Henrique, e outras pessoas, todas relacionadas com o dossiê. Esteve presente também o vereador de Araguaína, Edmundo Galdino, baleado por pistoleiros em 1985 e paralítico em função dos ferimentos.

O presidente Sarney ouviu o depoimento pessoal de cada uma destas pessoas, declarando-se impressionado com o quadro de violência.

BROSSARD OUVE PROTESTO

Por ocasião da audiência com o presidente, no salão de espera do Clube Jussara, Rogério Lustosa, da Comissão Executiva Nacional do PC do B dirigiu-se ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, protestando contra declarações do ministro de que os comunistas estariam instigando a violência no campo. O dirigente comunista assegurou ao ministro que o PC do B está junto com os homens do campo a favor da reforma agrária e que nesta condição seus militantes são também vítimas de atentados e violências. Assegurou ainda que a política do partido não é de "instigar" a violência, mas de resistir à violência dos grileiros, e de lutar pela imediata aplicação do PNRA. Mostrou ainda que o sistema do monopólio da propriedade da terra é o grande responsável pela violência no campo.



O documento, volumoso, começa pintando o pano de fundo da violência em Imperatriz, hoje o segundo município do Maranhão, com 350 mil habitantes, dos quais 200 mil vivem na cidade. "A concentração crescente da propriedade fundiária, o crescimento desordenado da área urbana e, sobretudo, a existência de um regime político autoritário e corrupto no país, no Estado e no Município, durante longos anos, é que deram origem ao quadro" - afirma Luís Pedro; e acrescenta:

"Existem *gangs* organizadas, que 'geram' em diversos ramos, chefiadas por políticos reacionários, geralmente do PDS, com ramificações ou ligações no Poder Judiciário, na Polícia Civil e Militar da área, nos Cartórios, no policiamento de trânsito etc."

"As pessoas têm medo de pronunciar os seus nomes"

Os crimes relacionados vão desde a fraude no sistema previdenciário, passando pelo roubo de caminhões carregados, de automóveis, a expulsão de posseiros, até o assassinato, geralmente associado com episódios de grilagem, pois "a concentração de terras na região, via de regra, deitou um rastro de sangue". Também é comum um tipo de estelionato que se aproxima da extorsão: os "amigos" dos chefes das *gangs* simplesmente fazem compras, pagam com cheques sem fundos... e ninguém tem coragem de cobrar judicialmente a dívida, para não correr risco de vida.

"As *gangs* sediadas em Imperatriz - prossegue o texto - têm chefes poderosos e temidos. As pessoas têm medo de pronunciar seus nomes. Muitas vezes são as mulheres do povo que, para preservar as vidas de seus maridos, têm coragem de denunciá-los."

José Bonfim encabeçou o massacre de Cipó Cortado

O dossiê cita em primeiro lugar o fazendeiro José Ribamar Bonfim, ou *Zé Bonfim*, tão temido que o repórter de um jornal de São Luiz, "O Estado do Maranhão", fez o sinal da cruz antes de entrevistá-lo.

"José Bonfim - diz o documento - criou em torno de si um império. É um rico latifundiário, grileiro. Tem fama de participar pessoalmente dos crimes de sua *gang*. Além dele, seus irmãos Quincas, Leumir e seu filho Hilton, vulgo Macarrão, são também da *gang*.

"É acusado, entre muitas outras coisas, de ter comandado pessoalmente a 'limpeza da área' do povoado Cipó Cortado, perto de João Lisboa, onde foram massacradas 17 pessoas, inclusive mulheres e crianças. O inquérito instaurado sobre o caso sumiu misteriosamente.

Outro episódio narrado é o assassinato, há um ano, do estudante João Henrique Monteiro de Melo, 21 anos: "João Henrique teve um namoro de dois dias com sua vizinha, Margarete Bonfim, filha de José Bonfim e também sua amante com o qual tem dois filhos. O pistoleiro que assassinou João Henrique foi retirado do local do crime numa caminhonete F-100, cor verde, dirigida por Hilton Bonfim, o temido *Macarrão*. O processo foi para a Justiça e não teve andamento".

José Bonfim agora é candidato a deputado estadual pelo PDS, na chapa do senador João Castelo. Já o outro *capo* da "Máfia do Tocantins" citado por Luís Pedro, Davi Alves Silva, ou *Manoel Goiano*, é deputado estadual pelo PDS desde 1982 e quer agora eleger-se Constituinte.

Davi começou jagunço; hoje é deputado do PDS e enricou

"Davi Alves Silva - afirma o dossiê - tem fama de cortar cigarro a bala de revólver. De origem pobre, começou como pistoleiro no município de Bom Jardim, região do Pindaré. Hoje é uma das maiores fortunas do Maranhão. É envolvido em grilagens em várias partes do Estado, desde a região do rio Caru até a própria ilha de São Luiz, povoado de Tijupá Queimado, onde foram mortos três lavradores.

"À época da sucessão presidencial comprometeu-se com Maluf pois, segundo altas fontes, teria rebecido o 'lembrete' do então ministro Abi Ackel de que poderiam ser reabertos quatro processos nos quais estava envolvido, referentes ao roubo de carros, ao tráfico de drogas etc.

"Mais recentemente o deputado Davi Alves Silva ganhou destaque na imprensa pois foi acusado publicamente pela prefeita de Lago do Junco de ter mandado eliminar sua família. O marido e o filho já foram mortos e ela própria já sofreu vários atentados tendo, num deles, recebido um tiro de escopeta calibre 12 que lhe deformou totalmente o rosto."

O dossiê levanta ainda que a violência "é agravada pela atividade da UDR, organização pára-militar de direita, voltada contra o Plano Nacional de Reforma Agrária" e que "eleva-se a consciência de que a fonte da violência encontra-se no monopólio da propriedade de terra, cada vez maior, via grilagem".

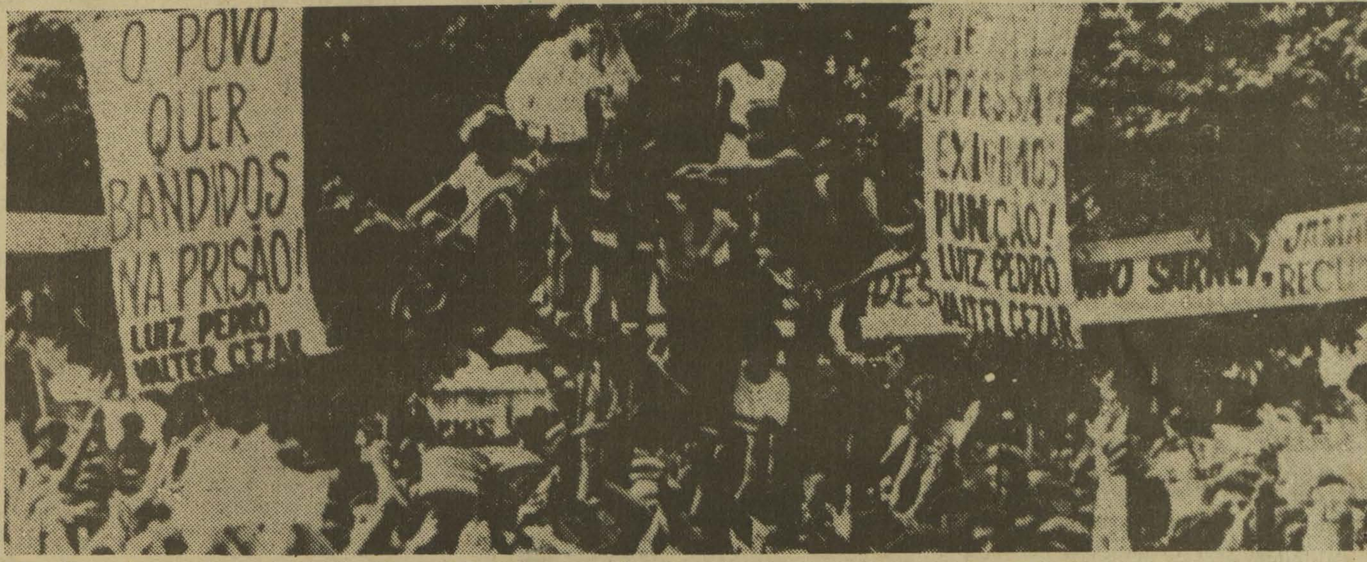


Foto: Júlio Hernandes

Manifestação em Imperatriz do Maranhão; quem era ligado aos grileiros levou vaia dos 10 mil presentes

Povo na rua contra violência no campo

Uma vigorosa manifestação popular contra a violência dos jagunços e pistoleiros foi realizada no último dia 14 em Imperatriz, Maranhão, com a presença do presidente Sarney e uma comitiva de seis ministros de Estado.

O comício, realizado no centro da cidade, contou com a participação de mais de 10 mil pessoas, que aplaudiam entusiasticamente todos os pronunciamentos que condenavam a violência dos grileiros e os crimes por eles cometidos. Faixas e cartazes pediam o fim da "Máfia do Tocantins", referindo-se ao verdadeiro sindicato do crime organizado na região e responsável pela morte do padre Josimo, recentemente, e de diversas outras lideranças sindicais e camponesas como João Canuto, morto no município de Rio Maria no ano passado.

Sarney foi ovacionado quando citou em seu discurso o exemplo de alguns países que punem até com a pena de morte os responsáveis por assassinatos, enquanto que no Brasil tais pessoas são protegidas pela Lei Fleury. O presidente assinou nesta mesma ocasião um projeto de Lei revogando esta lei, que assegurava a liberdade para os que cometiam crimes de mortes.

Diversos políticos que se manifestaram na ocasião, foram vaiados por terem alguma ligação com os setores mais conservadores ou por tentarem conciliar com os grileiros.

LUÍS ROCHA NÃO SUBIU

O ato teve também o caráter de consagração da candidatura de Epitácio Cafeteira ao governo do Estado, com o apoio do PMDB, da maioria do PFL e do PC do Brasil. O presidente Sarney foi absolutamente claro sobre isto, declarando que Cafeteira "é o candidato da Aliança Democrática e portanto o meu candidato".

Um fato interessante, que revela o compromisso do governador Luís Rocha com os setores mais reacionários do Estado e com a "Máfia do Tocantins" em particular, foi a ausência do governador na manifestação. Luís Rocha recebeu o presidente no aeroporto e acompanhou-o no ônibus até o local da manifestação. Mas não subiu ao palanque, alegando que aquela manifestação era contra ele. Luís Rocha recusa-se a apoiar Cafeteira, tendendo a fazer compromisso com a candidatura de João Castelo, do PDS, e é acusado de acobertar a violência no Estado.

Foto: André Dusek

Pacote antiviolência vai deter a matança?

O presidente José Sarney assinou, durante sua estadia no Maranhão, um projeto de lei alterando os Códigos Penal e de Processo Penal que ficou conhecido como "Pacote Antiviolência".

Entre as medidas previstas, mereceu aplausos do povo (veja acima) a revogação da famigerada "Lei Fleury", que, conforme a justificativa apresentada, "tem permitido a concessão da liberdade aos jagunços que tiram vidas preciosas de indefesos trabalhadores rurais, sacerdotes, agentes pastorais e tantas outras pessoas, vitimando-se famílias inteiras, e tendo, como motivo determinante, a disputa de prioridade ou posse de terra e, como razão predominante, a paga para matar".

"TERROR DE ESTADO"

Entretanto, os demais dispositivos do "Pacote", apresentados pomposamente como "desarmamento do Brasil", deixaram a impressão de medidas visando meramente a repercussão publicitária, e nada de [illegible] exceto para, mais uma vez, prejudicar os pequenos.

Esta impressão foi reforçada com a conclusão, no mesmo dia, em meio a um completo e confessado fracasso, da "operação desarmamento" empreendida na região pela Polícia Federal. Comentando a "operação", na "Declaração de Araguaína", dirigentes nacionais e locais da Ordem dos Advogados do Brasil observam:

"A atuação das autoridades, se bem que necessária e urgente, tem-se mostrado ineficaz para conter a violência, não ultrapassando até agora os limites da mera demonstração ostensiva. Neste cenário inclui-se o recente desarmamento levado a efeito pela Polícia Federal. De nada contribuiu para a pacificação reeditar na região o terror de Estado, descumprindo-se as leis na invasão de domicílios e fazendas, no arrombamento de portas e janelas, quando se sabe, sem muito esforço, quais são os locais onde criminosos de encomenda contratam empreitadas cujo [illegible]

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois